

ACTA N.º 01 /07

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas vinte uma horas e vinte nove minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto um-** 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento;
- Ponto dois** – Apreciação e votação da carta Educativa do Concelho;
- Ponto três** –Apreciação e votação dos estatutos da nova Associação de Municípios “Pinhal Litoral”;
- Ponto quatro-** Relatório síntese de actividades desenvolvidas no âmbito da Protecção Civil até Fevereiro de 2007;
- Ponto cinco**–Actividade Camarária/Informação Financeira

A sessão da Assembleia Municipal foi presidida pela 1ª secretária, **Susana Domingues**, que deu início aos trabalhos fazendo referência aos pedidos de substituição. Do PS, pediram substituição os deputados Osvaldo Castro e Catarina Castro que foram substituídos, respectivamente, pelos deputados Maria de Jesus e Bruno Constâncio; o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marques foi substituído pelo deputado da CDU Mário Pedrosa.

Referiu-se ao correio recebido destacando dois documentos; um do grupo parlamentar do PSD, dando conhecimento de um pedido dirigido à Comissão Europeia para apoio aos prejuízos feitos pelas chuvas de Outono e Inverno de 2006, e um ofício da Empresa TUMG, em resposta a uma solicitação com carácter de urgência de um relatório e balanço de contas relativo ao segundo semestre de 2006, para apresentar na Assembleia Municipal em Fevereiro de 2007 que dizia o seguinte: A Empresa TUMG pelos seus estatutos não era obrigada a apresentar os documentos reportados ao segundo semestre de 2006, mas nos termos do artigo 26º era obrigada a submeter à aprovação da Câmara Municipal da Marinha Grande até final do mês de Março, os elementos de prestação das contas anuais, relatório, balanço e contas com referência a 31 de Dezembro, e serem estes acompanhados do parecer fiscal único sobre os mesmos, registando a sua apreciação quanto à exactidão das contas e da observância das leis e dos estatutos. Segundo o Conselho da Empresa o documento do relatório, balanço e contas de 2006 só deverá ser apresentado à Assembleia Municipal após a sua aprovação em reunião de Câmara e quando apto o validará para o exterior. Referiu que no âmbito das competências do Conselho de Administração da TUMG, irá procurar apresentar à Câmara o relatório e as contas do exercício de 2006 no mais curto prazo de tempo possível para a respectiva aprovação.

Acrescentou que havia mais correio para além deste, e que se encontrava à disposição dos deputados para consulta.

Para a coadjuvar nos trabalhos, solicitou ao deputado da CDU, Fernando Alves, que se juntasse à mesa, no lugar de 1º Secretário.

Seguidamente colocou à consideração dos deputados e nos termos nº 3 do artigo 18º do Regimento, o aditamento de um ponto da ordem de trabalhos nesta Assembleia, solicitado hoje com carácter de urgência pela Câmara Municipal, e respeitante, à “3ª

Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 1ª revisão ao orçamento da receita, 1ª revisão ao orçamento da despesa e 1ª revisão ao plano plurianual de investimentos”.

Por fim, anunciou que ia passar a palavra à Câmara para explanar a necessidade de incluir esta matéria como ponto de ordem de trabalhos para a presente Assembleia.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a necessidade de votar este ponto era devida à obra da Ribeira das Bernardas estar embargada pela Refer.

Informou que no decorrer das negociações esta empresa, impôs à Câmara que fizesse um novo projecto atendendo às suas exigências, para que a obra fosse retomada. Acrescentou ainda que consultaram o Polis que deu autorização a que a obra prosseguisse nessas condições. Dado haver esta alteração e como era uma despesa acrescida para a Câmara e tinha que ir ao Tribunal de Contas, solicitou à Assembleia Municipal a apreciação desta alteração, para posteriormente se dar continuidade à obra.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, disse que compreendia a situação, e que o PS também chegou a fazer pedidos de alteração ao orçamento, só que nunca os fez sem documentos. Alertou para a necessidade de um documento que lhes permitisse fazer uma apreciação mesmo ligeira.

A **Presidente da Assembleia** informou que havia documentos para distribuir e se os deputados entendessem fazer o aditamento do ponto à ordem de trabalhos, de imediato se procederia à entrega da documentação. Seguidamente colocou à votação o pedido de aditamento. Resultando, a sua aprovação por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Informou que ficaria aditado à presente ordem de trabalhos, como 1º ponto a “3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 1ª Revisão ao orçamento da receita, 1ª revisão ao orçamento da despesa e 1ª revisão ao plano plurianual de investimentos” reestruturando-se todos os demais, o 1º anterior passaria para o 2º e assim sucessivamente.

Posto isto, anunciou que ia dar início ao ponto antes da ordem do dia.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, lembrou que se assinalava neste dia 20 anos após a morte de um cantor da revolução, José Afonso. Sendo esta uma data marcante que cumpre assinalar com dignidade e relevo que a personalidade merece, perpetuando a sua memória e obra, junto sobretudo das gerações mais jovens. Recordou que José Afonso foi músico, cantor, poeta, autor de canções, senhor do lirismo mais doce e capaz da palavra mais cortante, professor pedagogo, combatente pela democracia e liberdade, com espírito crítico, rebelde e exigente, visionário de uma terra, companheiro e amigo dos simples e dos humildes. Acrescentou que José Afonso foi uma personalidade rica e complexa, repleto de contradições, de angústias e de muitos sonhos, Homem reconhecido de empenho político e social desde o tempo da dura luta antifascista. Realçou que desta forma simbólica vinham prestar a sua homenagem ao José Afonso que passados 20 anos continua presente na música popular portuguesa que marcou como ninguém.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, referiu que provavelmente esta era a última Assembleia antes do 25 de Abril e em nome da Comissão Promotora de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, queria convidar todos os deputados, vereadores e

Presidente da Câmara a associarem-se à iniciativa, de um grupo de amigos e admiradores de Adriano Correia de Oliveira que pretendiam homenageá-lo na Marinha Grande, no seu sexagésimo aniversário que ocorrerá a 9 de Abril de 2007. Referiu que no âmbito desta homenagem os promotores pretendiam levar a conhecer sobretudo às gerações mais novas, a personalidade, a história e a obra musical de um dos mais importantes cantores de intervenção na nossa história mais recente. Informou que o programa de homenagem inclui uma sessão solene, seguida de uma exposição sobre a vida e a obra de Adriano Correia de Oliveira, assim como a realização de um espectáculo musical. Referiu que os promotores desta iniciativa contavam com o apoio de várias personalidades, familiares de Adriano de Oliveira, Assembleia e Câmara Municipal da Marinha Grande e com a participação de vários artistas e grupos musicais: Luísa Maia, João Miguel, Pedro Marques, Carlos Vicente, Mike Fernandes, Jorge Cardoso, Deolinda Bernardo e José Pires, Rão Kiao, Francisco Fanhais, João Afonso, Patric Mendes, António Ataíde, Ricardo Dias, Nuno Botelho, Jorge Gonçalves, e os Chacras, entre outros.

Revelou que dada a importância deste evento e pelo carinho que Adriano Oliveira teve pelo Concelho da Marinha Grande, vinham solicitar a todos que se associassem a esta iniciativa, integrando a sua Comissão de honra.

Deu conhecimento que foram feitos convites a várias entidades, individualidades locais, Nacionais assim como aos representantes das quatro forças políticas representadas na Assembleia Municipal e que os honrava muito com a sua presença.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que não era prático que os membros da Assembleia Municipal recebessem a informação apenas através de um CD. Referiu que reconhecia que deste modo era mais fácil para a Câmara, mas obrigava os deputados da Assembleia a terem equipamento apropriado para o poderem fazer. Neste sentido, sugeriu que também a documentação escrita fosse cedida aos deputados que a solicitassem, mas deveria continuar a ser entregue a todos através do CD, porque além de ser prático também podiam trabalhar através dele em algumas situações.

Recordou que numa Assembleia Municipal fez uma intervenção onde disse que em termos económicos não era uma boa solução.

Referiu que há 12 anos atrás definiram que o aterro sanitário de 13 em 13 anos era transferido de um lado para o outro. Sugeriu que todos os membros da Assembleia fossem visitar o espaço, talvez assim ficassem mais sensibilizados para o problema, para o avaliarem não só pelo aspecto económico, mas também pelo impacto que ia ter para as populações afectadas. Realçou que a Câmara Municipal devia ser mais vigilante e encontrar uma forma de solução que não passasse pela transferência do aterro para o Concelho da Marinha Grande. Solicitou à Câmara que tomasse atenção ao que se estava a passar nos terrenos de uma zona extremamente rica, que passaram a ser uma zona de lixo entre Leiria e Marinha Grande, o que era extremamente grave.

A **Presidente da Assembleia** informou que registou a chamada de atenção que o deputado fez da distribuição em suporte de papel dos documentos que sustentam as deliberações a tomar nesta Assembleia, mas de qualquer forma a convocatória dirigida aos deputados remetia em anexo o respectivo CD e fazia uma advertência para todos os deputados que pretendam a entrega de todo o suporte temático em papel o poderem solicitar. Realçou que sempre que tem havido solicitação por parte dos deputados tem sido satisfeita, de qualquer forma se houver incorrecções a mesa estará aqui para as registar.

O deputado da CDU, **Saul Fragata**, referiu que tinha algumas notas relativamente ao vigésimo aniversário da morte de José Afonso, e aos 65 anos de nascimento de Adriano Correia, duas figuras da cultura nacional, impares e associados ao empobrecimento da cultura democrática do nosso País e à degradação dos valores culturais e artísticos. Disse que era lamentável que presentemente não passassem musicas destas duas figuras, o que não permitia que as gerações vindouras e que hoje têm 20 anos aprendam a gostar. Relativamente à situação do Concelho da Marinha Grande disse que era preocupante que tudo que era serviços públicos e de proximidade com as populações estavam a ser encerrados, assim como aumento dos medicamentos, descidas das participações, etc. Acrescentou que se verificavam ataques aos trabalhadores designadamente aos da função pública em que milhares deles ganham 500€ ou menos, e mais de 800 mil trabalhadores com contratos a termo.

O deputado do PS, Anibal Curto tomou assento na Assembleia pelas vinte e duas horas.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, referiu que o seu colega de bancada Telmo Ferraz abordou a questão da Valorlis numa tónica substancial, mas ele iria tecer algumas considerações mais numa questão processual, porque como se costumava dizer mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.

Disse que na sequência do requerimento que fez na ultima sessão da Assembleia, a solicitar cópia das Actas da Assembleia Geral da Valorlis para ler o que constava dessa acta de Março de 2006, em que o representante do Município da Marinha Grande interveio para dizer que nessa perspectiva da discussão que se estava a travar no âmbito da manutenção ou não do aterro, ou a passagem para o Concelho de Pombal, tendo em conta o acordo parasocial em vigor, entendeu que não podia votar naquele momento porque tinha que apresentar o assunto em reunião de Câmara. Referiu que na reunião seguinte a 4 de Outubro de 2006, foram representados todos os Presidentes de Câmara por estarem ausentes, dado que estavam todos num Congresso extraordinário de Associação Nacional de Municípios Portugueses. Tendo sido a Câmara Municipal da Marinha Grande representada pelo Vereador Artur Oliveira sendo decidido pelos representantes presentes na reunião que na sequência da importância do assunto, era suspensa com a concordância da unanimidade, retomando-se os trabalhos para o dia 10 de Outubro.

Salientou que na reunião seguinte continuou a ir o Sr. Vereador Artur Oliveira e como representante do Município da Marinha Grande, referiu que concordava com a manutenção do aterro em Leiria por motivos económicos, no entanto apelou para que outras soluções fossem estudadas ao nível tecnológico, para que não se ficasse simplesmente pela vertente económica. Referiu que depois de analisados os benefícios e inconvenientes da eventual transferência do aterro, a Câmara deliberou aceitar que o aterro sanitário da Valorlis continuasse instalado no Concelho de Leiria nas seguintes condições: a Câmara Municipal da Marinha Grande deliberou sob a condição, que os benefícios de investimento a efectuar nos Concelhos afectados sejam divididos em 50% para o Concelho de Leiria e 50% para o Concelho da Marinha Grande, e que passado este novo período de 13 anos o aterro sanitário não viesse a ser instalado no Concelho da Marinha Grande. Questionou qual foi a intervenção do Município da Marinha Grande através do seu representante na Assembleia Geral de accionistas da Valorlis, nenhuma porque esqueceu-se completamente da deliberação camarária que havia sido tomada. Disse que constava da Acta, que o representante da Câmara de Leiria votou

contra porque estava munido de uma deliberação que o fazia votar neste sentido. Enquanto que a Câmara Municipal da Marinha Grande pura e simplesmente omitiu.

O deputado do PSD, Rui Verdingola tomou assento na Assembleia pelas vinte e duas horas e doze minutos.

A **Presidente da Assembleia** informou que não tendo mais inscrições ia passar a palavra à Câmara.

O **Presidente da Câmara** lembrou o deputado Rui Rodrigues que quando o PS esteve no executivo fez um negócio com a Valorlis, e esse compromisso estava assegurado pela assinatura do anterior Presidente da Câmara, portanto a intervenção que o deputado fez foi no sentido de alijar a responsabilidade para quem não a tem. Realçou que sempre foi contra a instalação do aterro sanitário naquele sitio. Referiu que depois da 1ª Assembleia da Valorlis é que teve conhecimento que havia um acordo já assinado e subscrito conforme a escritura, e aí procurou defender os interesses da Marinha Grande e da população, tendo o cuidado de trazer o assunto à Assembleia Municipal para o ajudarem a defender a sua posição. Neste sentido, curiosamente foi o deputado Rui Rodrigues que disse que este era um problema do executivo e não devia ser decidido na Assembleia. Realçou que subscrevia inteiramente a posição que o Sr. Vereador Artur Oliveira tomou na Assembleia da Valorlis porque foi de acordo com a orientação que lhe tinha dado.

O deputado **Rui Rodrigues** no direito de resposta disse que em primeiro lugar teve o cuidado de dizer na intervenção que fez, que não estava em questão a localização ou não do aterro, não era uma questão substancial mas processual que teve única e exclusivamente a ver com a forma como a Câmara omitiu a deliberação camarária na reunião da Valorlis. Acrescentou que este assunto já estava a ser discutido desde 2002 como constava nas actas, mas a localização do aterro foi decidido recentemente em 2006. Apelou para que o Presidente da Câmara lesse as actas, porque senão teria que o acusar de falta de ética ou pelo menos de não saber ler e quando mandasse alguém em sua representação para as reuniões, que não se esquecesse de dar os recados certos. Dado que não transmitiu a deliberação camarária como fez por exemplo o representante da Câmara Municipal de Leiria que evocou a deliberação camarária para poder votar contra.

A **Presidente da Assembleia** anunciou que se ia passar ao 1º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO UM – 3ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007, CONSTITUÍDA PELA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A **Presidente da Assembleia** começou por questionar os deputados sobre a necessidade de alguns minutos de interrupção da Assembleia, para poderem em pormenor e com algum cuidado analisar e ponderar os elementos, que somente no início desta

Assembleia foram distribuídos, ou se por outro lado entendiam que se podia avançar com o 1º ponto da ordem de trabalhos e passar à discussão e votação do mesmo.

Dado que ninguém se prenunciou, subentendeu-se pelo silêncio dos deputados que se poderia passar ao 1º ponto, dando a palavra à Câmara Municipal para introduzir o mesmo.

O **Presidente da Câmara** disse que a explicação que já tinha dado para pedir aos deputados o favor de aceitarem esta introdução na agenda de trabalhos foi suficiente. Neste sentido disponibilizava-se para qualquer esclarecimento adicional.

O deputado do PS, **João Cruz**, disse que sobre o assunto em questão achava não haver grandes dúvidas porque lendo a informação, percebia-se que era apenas uma questão de calendarização do investimento que levava a necessidade de ajustar financeiramente a situação nos mapas. Referiu ter dúvidas no fax que veio do Polis em resposta, a confirmar que mantinham o financiamento indo inclusivamente aprovar uma adenda ao contrato do financiamento de 1 milhão 251 mil 359 euros, a última tranche que faltava do Polis, e que aparece calendarizada em 2008. Neste sentido, questionou a Câmara se este valor estava previsto em 2008 ou se estava previsto ser recebido em 2007, e se virá ou não nos documentos da alteração relativamente à desafecção deste valor às receitas e a correspondente despesa e diminuição da mesma.

O **Presidente da Câmara** informou que a obra estava prevista ser executada em 2008, logo teve que ser anulada e inscrita no ano de 2008.

O deputado **João Cruz** voltou a intervir para dizer que o que se verificava era uma anulação de 199 mil euros e um reforço. Questionou se as verbas financiadas pelo Polis eram transferidas em 2008, e se esta verba já estava prevista ou não em 2007. Caso estivesse se lhes ia ser presente a respectiva diminuição a nível das receitas, com a correspondente diminuição a nível das despesas que esta verba eventualmente financiaria.

O **Presidente da Câmara** informou que não se encontrava à altura para explicar esta questão ao deputado, e na próxima Assembleia iria esclarecê-lo.

Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos.

Presente deliberação camarária e documentos anexos relativos à 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que se dão aqui por integralmente reproduzidos e que ficam anexos a esta aprovação em minuta, constituindo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, para discussão e aprovação.

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº1 à presente acta.

De seguida anunciou que se ia proceder à discussão do 2º ponto de ordem de trabalhos:

PONTO DOIS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO

A **Presidente da Assembleia** informou que no último dia foi distribuído aos deputados mais um documento que integrava a discussão e aprovação deste ponto.

Da parte da Câmara o Vereador **Alberto Cascalho** referiu que o documento, tinha uma 1ª parte bastante extensa que era um diagnóstico feito não apenas para o Concelho da Marinha Grande, mas no conjunto dos sete Concelhos da AMAE, e tinha a ver com o facto da carta educativa do Concelho da Marinha Grande ter sido elaborada no âmbito da Associação de Municípios da Alta Estremadura, e através da adjudicação a uma empresa que fez não só os estudos preparatórios como toda uma previsão no horizonte de 7, 8 anos, que servia de base às propostas que eram apresentadas em termos de intervenção na rede escolar. Referiu que dado os deputados terem tido a oportunidade de analisar o documento que era bastante extenso, ia chamar a atenção apenas para o facto da Câmara ter trazido à Assembleia Municipal o documento para ser aprovado e com carácter de urgência, de interesse para o Concelho e para os munícipes. Referiu que a carta educativa devidamente aprovada, era uma condição indispensável para apresentar candidatura a financiamento no âmbito do QREN, tendo iniciado em 2006 e já passado por algumas etapas fundamentais. Informou que a versão definitiva da carta educativa foi entregue a 12 de Dezembro 2006, data em que estava convocada uma reunião do Conselho Municipal de Educação, que não se realizou por falta de quorum, veio no entanto a ser realizada posteriormente a 12 de Janeiro de 2007. Disse que depois de discutida foi aprovada apenas com uma abstenção, do Coordenador da Área Educativa por ser o representante da DREC.

Lembrou que a Srª Ministra de Educação em finais de 2006 anunciou publicamente que as Cartas Educativas deviam estar todas aprovadas até 31 de Dezembro. Informou que a Carta Educativa e a proposta que veio à Assembleia Municipal, obedecia ao modelo seguido pelo conjunto de Municípios da AMAE, e assentava na preocupação em requalificar a rede de escolas existentes, que nos dão indicadores de uma posição bastante confortável, acima da realidade do Distrito e da Região onde nos inserimos. Disse não ter conhecimento de alguma previsão que existam lugares do Concelho que tendam a diminuir a sua população, portanto a orientação que mantiveram foi de dotar todos os lugares com estabelecimentos de primeiro ciclo e de pré escolar, em que a política oficial do Governo era a aposta da criação de centros educativos. Referiu que apesar de consultarem várias entidades, não lhes conseguiram facultar uma orientação clara do que se entendia por centro educativo. Acrescentou que têm vindo a actuar sempre na defesa da população Escolar do Concelho, e a insistir junto do Ministério de Educação para manter aberta a escola de São Pedro de Moel, apesar de ser uma escola com pouquíssimos alunos. Mas que tem todas as possibilidades de aumentar a sua população, não se comparando a uma aldeia isolada com meia dúzia de alunos. Dado que estavam em desenvolvimento a Sul de S. Pedro de Moel vários empreendimentos de grande envergadura, que iria trazer muita gente para aquele local.

Finalizou dizendo que o documento em questão, referia que a carta educativa obedece a uma concepção dinâmica de planeamento que pode ser sempre actualizada

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, começou por dizer que a educação era um dos principais vectores de desenvolvimento das cidades modernas. Analisando a estrutura do documento ao nível dos princípios orientadores das propostas de intervenção na rede educativa e face ao reordenamento proposto pela lei de bases do sistema educativo que defende uma lógica de integração sequencial de vários níveis de ensino, verificam-se recursos já existentes que urge aproveitar e conservar. Salientou que reconheciam o esforço feito ao longo dos anos nesse sentido, mas a lei de 1986, diz que a estrutura dos edifícios deve ter em conta para além das actividades escolares o desenvolvimento de actividades extracurriculares e ocupação de tempos livres. Referiu que o Vereador Alberto Cascalho falou em conceitos, só que por vezes esses conceitos eram um pouco ambíguos, coincidentes ou não, com diferenças e este documento não as separava bem. Disse que a revolução que se está a viver no sistema educativo, nomeadamente no pré escolar e primeiro ciclo exige espaços diferenciados, as actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré escolar e as actividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo assumem importância vital para o desenvolvimento das crianças. Realçou que esta nova escola onde se apoia o estudo, se aprende música, inglês e outras expressões artísticas, precisa de espaços novos polivalentes e pedagógicos, em que todas as actividades se desenvolvam no mesmo espaço. Daí a necessidade desta carta educativa prever vários espaços e salas polivalentes, para que estas actividades se possam desenvolver de um modo ideal e harmonioso. Disse que a quantificação de salas, de cantinas e de espaços polivalentes que o documento previa criar, deveriam ser pensados numa lógica de criação de centro educativos. Referiu que esta questão deveria ser analisada por quem conhecesse bem o terreno nas zonas onde se previa maior intervenção, nomeadamente Picassinos, Amieira, Pero Neto, Trutas, Amieirinha e Fonte Santa. Salientou que deveria haver um aproveitamento das verbas que o quadro comunitário ia dotar para a formação profissional e educação. Relativamente à proximidade, presentemente não se colocava muito em questão dado que os pais das crianças têm uma vida de trabalho tremenda e os avós não as podem ir pôr ou buscar à escola, por isso estar longe ou perto era a mesma coisa. Por fim disse que o PS estava decididamente a pensar para o futuro e décadas seguintes e não somente no presente.

O deputado do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, disse que numa questão prévia segundo a legislação, esta carta educativa era um instrumento de planeamento que ia ficar apenso ao Plano Director Municipal e que antes de ser deliberado tinha que ter um inquérito público como estavam a fazer os outros Municípios, nomeadamente o de Leiria. Porque na perspectiva da Marinha Grande podiam estar a tomar uma deliberação ilegal. Relativamente à carta educativa e aos documentos que lhes foram presentes disse ter-se debruçado mais sobre a realidade concreta que conhecia. Referiu que fez uma análise dos números em projecção para o futuro, números esses que correspondiam a pessoas e crianças. Disse que reconhecia haver necessidade da ampliação da cantina na escola da Praia de Vieira, porque mais de 50% das crianças que frequentam o pré-escolar estão a ser deslocadas de toda a freguesia para lá. Referiu que a escola EB2 Padre Franklim tem uma capacidade de 280 alunos e neste momento nos próprios documentos já só tem 177, oito turmas o que quer dizer que tem espaços suficientes para albergar outras turmas. Lembrou que a Freguesia de Vieira recebe um número significativo de alunos provenientes do Concelho de Leiria,

das Freguesias vizinhas nomeadamente de Carvide e Monte Real. Segundo a carta educativa que estava em inquérito publico no Concelho de Leiria, estava previsto um centro educativo para a freguesia de Carvide, não tendo conhecimento se na horizontal ou na vertical. Caso fosse na vertical, a população estudantil da EB2 Padre Franklim e da escola Secundária ao nível do terceiro ciclo, ia reduzir drasticamente o seu numero de alunos, se considerar que no segundo ciclo frequentam 50 alunos da Freguesia de Carvide e Monte Real e no terceiro ciclo 19. Portanto conjugado com os espaços já devolutos na escola EB2 Padre Franclim e na escola Secundária haveria espaços suficientes para criar um centro educativo integrando outros níveis de ensino. Por outro lado também as actividades de enriquecimento curricular nomeadamente a nível de educação física eram administradas no Pavilhão, e da natação na piscina, estavam ali concentradas. Referiu que os técnicos da Câmara que elaboraram esta carta esqueceram segundo as orientações que o Sr. Vereador referiu de dotar as outras escolas dos equipamentos necessários, isto era a criação de uma cantina na António Vitorino, cujo o projecto estava elaborado pelo JTL que funcionou na Vieira e na Passagem. Portanto os alunos com este centro educativo eram deslocados diariamente uma só vez para regressarem aos seus domicílios ao fim do dia, tendo ali perto todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Salientou que a Câmara e as escolas debatem-se com a falta de recursos humanos que estão todos concentrados, quando uma Escola do primeiro ciclo, não tem direito de acordo com as regras do Ministério da Educação. Reforçou que os materiais pedagógicos poderiam ser reaproveitados e maximizados a nível de todos os ciclos de ensino. Questionou se este instrumento de planeamento Municipal não deveria ser precedido de inquérito publico.

O deputado da CDU, **José Luís**, referiu que estavam de acordo com a filosofia da carta educativa que assenta numa política de proximidade às famílias, e que não pretende encerrar as escolas. Enquanto que a política do Governo do PS, centra a decisão do encerramento das escolas achando que o sucesso está nas grandes concentrações de alunos, e que o PS local tem a mesma posição. Referiu que durante anos estiveram a investir no Parque Escolar, e não iam agora abandoná-lo obrigando à grande concentração. Salientou que estas eram as opções economicistas e elitistas que assentavam na tendência obsessiva deste Governo de encerrar serviços públicos, inspirados na tese neoliberal de menos Estado melhor Estado, fechando escolas porque têm poucos alunos, urgências nos centro de saúde porque são poucos os doentes que as utilizam, acabando com os transportes públicos porque não dão lucro. Salientou que a proposta que foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal era a que melhor servia o Concelho, e os interesses da população. Chamou a atenção que este documento não estava acabado, era uma carta educativa, dinâmica e disponível para ser permanentemente actualizada. Tendo sido aprovada pelo Conselho Municipal de Educação com 11 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

Finalizou dizendo que esta carta educativa legitima ainda mais as prioridades encontradas de valorização e requalificação do Parque Escolar com vantagens para todos os lugares do Concelho.

O deputado **Telmo Feraz** disse que esta questão era demasiado importante para ser tratada com a ligeireza como foi na intervenção do deputado José Luís. Referiu que na realidade havia duas filosofias diferentes de tratar este problema, uma defendida pela CDU e pelo partido que politicamente o apoia na Câmara, que era a partir do que já existe fazer pequenas adaptações gastando 2 milhões 600 mil euros, e o problema não

ficar resolvido. A outra era dentro do princípio de funcionamento em rede em todos os espaços afectos ao ensino básico que devem funcionar de forma integrada quer verticalmente quer horizontalmente permitindo que dentro de cada território educativo exista a articulação entre todos os estabelecimentos pré escolares e primeiro ciclo até à escolaridade obrigatória. Salientou que este era um conceito diferente de todos os espaços que estavam a fazer adaptações acabando por não resolverem o problema de fundo que era encontrar uma solução que permitisse às crianças e aos pais todas as valências de formação dos seus filhos. Deu o exemplo de Picassinos que tem três escolas a funcionar mas todas com deficiências de espaço. Questionou a Câmara se era esta a filosofia da CDU e o que é que era mais económico e vantajoso, levar as novas tecnologias a cada uma das pequeninas escolas ou a um centro educativo. Alertou para o facto da carta educativa ser para 10 anos e não só para amanhã, e por essa razão teve o cuidado de estudar os documentos e ver que acabavam por não ser exactamente o que foi a filosofia da Câmara. Chamou a atenção que a Câmara estava a trazer propostas para aprovarem, sabendo que dificilmente o QREN as iria apoiar, porque a filosofia do apoio comunitário vai no sentido de apoiar os centros educativos. Informou que não iam votar contra a posição da Câmara, porque consideravam que a sua política de educação estava centrada num melhoramento de espaços. Mas também não podiam votar favoravelmente uma política de infra-estruturas educativas da Câmara Municipal porque entendiam não ser o caminho mais correcto, de qual quer forma não tinham o dom da verdade absoluta. Realçou que achavam que as linhas de orientação do documento não eram as que o Concelho e o País necessitavam.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, disse reconhecer que a Marinha Grande tinha as suas especificidades educativas, que vêm do próprio Parque Escolar existente que foi opção dos executivos que governam à 30 anos a Marinha Grande, e que por interesses políticos espalharam as suas capelinhas um pouco por todo lado à semelhança com o que acontece com as colectividades. Referiu que andaram dezenas de anos a investir, e através desses investimentos a ganhar eleições e não lhes parecia lógico que apesar do bom senso das medidas do Governo que apontavam para a centralização, se vá destruir o que tanto custou a construir. Por outro lado não era com uma participação de 30% ou 40% que ia alterar uma realidade que levou dezenas de anos e muitos milhões de contos para existir. Salientou que o investimento proposto ia contrariamente à filosofia do Governo e a questão que se colocava era se nestes moldes ia ser aprovado. Questionou onde estava o PDM que tinha que articular com a carta educativa. Informou que face à realidade que tinham iam aprovar a carta educativa porque achavam que não se devia deitar para o caixote do lixo milhões de contos que foram investidos e também porque achavam que as áreas concentradas escolares implicavam um outro tipo de investimento que não o que estava a ser pedido.

O deputado **José Rodrigues** proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O deputado **Rui Rodrigues** registou com agrado a apresentação do Vereador Alberto Cascalho sobre a matéria, sublinhando o investimento que foi feito nos últimos anos no Parque Escolar. Referiu que a política de proximidade em alguns locais era manter as crianças em trânsito de um lado para o outro, como por exemplo em Vieira de Leiria. Disse ser impensável que se fossem manter escolas ao virar de cada esquina, como no caso concreto de Picassinos, várias escolas com duplicação ou triplicação de meios.

Realçou que o Concelho da Marinha Grande tem sido reconhecido como exemplar na matéria do ensino, ao nível do pré escolar, do ciclo e no investimento feito nos últimos anos nessa área. Chamou a atenção que se a tendência geral não fosse de centros educativos, deixavam de ser exemplares para começarem a ocupar a ultima carruagem do comboio, e este era o argumento do seu voto de abstenção, porque não considerava ser o melhor instrumento com perspectiva de futuro.

A deputada **Isabel Ferreira** disse que de facto o PS era pelo encerramento das escolas, mas não da forma como foi dita pelo deputado José Luís porque quem ouvir vai se afligir. Disse que o que estava em causa era a qualidade do ensino e não estavam a fazer a política do Governo nem por iniciativa da Sr^a Ministra. Referiu que numa aldeia recôndita onde haja alunos com um professor que lecciona 4 anos de escolaridade o aluno aprende mais e a qualidade do ensino é maior, se o aluno estiver num centro educativo onde tenha aceso ao computador, ao vídeo, ao convívio com os colegas vai ter uma verdadeira inserção na sociedade. Lembrou que se houve preocupação de melhorar a qualidade e o apoio às famílias foi exactamente nos prolongamentos. Realçou que só proferiu estas palavras porque a política do PS não era a de fechar escolas, mas sim a política da qualidade, dos recursos humanos, materiais e informáticos e era isso que estava em causa.

O deputado da CDU e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, disse ser inevitável falar em política quando se fala destas coisas e de facto não é um dado adquirido que os centros educativos vão resolver o problema de educação neste País. Referiu estar surpreendido uma vez que a carta educativa como disse o Sr. Vereador Alberto Cascalho era um elemento de trabalho que se vai adaptando às realidades e ao estudo. Disse não compreender a abstenção ou o voto contra mas também pela posição que ocupa não ia dizer para tirarem escolas de alguns lugares do Concelho da Marinha Grande, algo tão importante para os moradores desses lugares, como é o atractivo das escolas em que algumas famílias se instalaram nos subúrbios deste Concelho porque tinham lá a escola para os seus filhos Informou que nos últimos tempos a expansão demográfica não estava negativa, na Marinha Grande continuava a aumentar. Em suma disse, que esperava que não fosse uma medida simplesmente economicista e que não traga por trás outras políticas. Referiu que apesar da carta educativa não ser um documento acabado, era adaptável à realidade que viesse a existir, portanto era um documento que deveria ser aprovado por unanimidade.

O deputado **Saúl Fragata** referiu ter alguma dificuldade em competir ao nível da qualidade de opinião, com alguns deputados presentes. Disse que a carta educativa tinha uma filosofia, e a CDU costumava ter opinião e políticas de educação, porque se não as tivesse nestas questões assim como em outras não haveria CDU seriam todos do PS. Referiu que a posição que o PS tinha na Marinha Grande sobre a carta educativa, era a que tinha das políticas nacionais de encerramento de escolas, de economicismo, de menos Estado, de mais municipalização do ensino e de responsabilização do Estado. Em suma era restrição da qualidade do ensino e da abrangência do ensino.

Leu um parágrafo de um dos responsáveis do PCP sobre questões de saúde, e sobre o que é se entende por qualidade abrangente e o que não é qualidade, porque não se está apenas perante uma manifestação de incompetência da equipa Ministerial, mas fundamentalmente perante uma opção política muito delineada e que se caracteriza por orientar a educação e o ensino no nosso País no sentido da formação do indivíduo de

acordo com os interesses do mercado de trabalho, que prepara os jovens não apenas para a vida activa, mas também para um intervenção consciente na vida política social e cultural. Referiu que o encerramento de milhares de escolas faz parte de um projecto de desenvolvimento que aposta na centralização, na baixa formação e qualificação dos portugueses e nos baixos salários. Realçou que esta era a filosofia de seguidismo, fiel e cego às posições do Governo.

O deputado do PSD, **Pedro André** referiu que se tinham que adaptar à realidade e este tem sido o grande problema não só do Concelho mas também de todo o País, em que os políticos têm demonstrado a incapacidade de agir e não reagir. Exemplificou a cidade do México que sozinha tem mais população que o resto do País e que íamos no mesmo caminho em que qualquer dia tínhamos quatro ou cinco mega cidades e não ia haver pessoas no interior. Salientou que no Concelho a realidade era diferente daí acharem que essa especificidade tinha que ser bem defendida junto do Poder Central. Lembrou que a posição do PS era um pouco complicada porque levantava muita polémica relativamente ao investimento nas escolas. Recordou que quando o orçamento foi votado, o PS disse que havia pouco investimento no Parque Escolar e agora passados dois meses veio dizer que não se deve investir no Parque Escolar, mas sim nos centros educativos. Informou que por sua iniciativa chegou a questionar a retirada do documento para uma análise mais aprofundada, e gostaria de saber porque é que não houve consulta publica. Assim como a razão de este documento ter que ser votado com tanta urgência e se já foram levadas em conta as propostas das escolas e das Associações de pais e se foi dado a possibilidade deste documento ser analisado pelos agrupamentos depois de estar preparado e antes de vir à Assembleia Municipal.

O deputado **Telmo Ferraz** dirigiu-se ao deputado Pedro André dizendo-lhe que tinham orgulho no investimento feito nas escolas e que deveria continuar, porque este era o melhor investimento que uma autarquia podia fazer na educação das suas populações dando-lhes condições de boa utilização de espaços. Referiu que simplesmente o que estavam a discutir e a aprovar era uma carta educativa de orientação para os próximos 10 anos não para o que já foi feito. Salientou que a posição do PS não era encerrar escolas, mas sim criar melhores espaços onde fosse administrada a educação. Referiu que a educação hoje era muito mais do que o que se pode aprender através dos livros ou do professor. Disse que a filosofia que foi entendida localmente, foi a de um aproveitamento de espaços fazendo-lhes melhoramentos ou de um tipo de espaço para educar as crianças onde tenha todo tipo de valências que as escolas existentes podem não ter. Salientou que o que o PS disse não foi que todas as escolas do ensino básico deviam ser desactivadas. Realçou que o PS achava que este documento não era o mais correcto para os próximos 10 anos, mas como era um documento muito importante deveria ter sido discutido de outra forma, e que não foi dada a possibilidade de ser discutido no Conselho de Educação.

O deputado **Paulo Vicente** disse que foi referida nesta carta educativa a filosofia da proximidade. Questionou o que era filosofia de proximidade quando as crianças são transportadas do Boco e da Passagem para a Praia da Vieira, e nem sequer estava prevista a criação de um jardim-de-infância mais próximo destas localidades assim como cantinas nas escolas de António Vitorino e da Passagem nem a curto nem a médio prazo. Referiu que por outro lado teriam que ser criadas condições nas escolas existentes. Salientou que era muito bonito falar-se em proximidade de residência, mas

presentemente eram poucos os alunos que frequentavam as escolas da área onde residem, porque os encarregados de educação cada vez mais estão a optar pelas escolas do centro que lhe oferecem mais qualidade no ensino.

Fez um apelo aos conhecimentos do Sr. Vereador, se considerava um ensino de qualidade numa escola de primeiro ciclo de lugar único em que o professor administra o ensino aos 4 anos de escolaridade ou nas escolas de dois lugares em que também o mesmo professor tem que leccionar os 4 anos de escolaridade provavelmente a meia dúzia de alunos.

O deputado **José Luís** lembrou que em 1986 foram construídas várias escolas no Concelho, e ainda não havia a Lei das Finanças Locais que beneficiasse as Câmaras. Referiu que o PS ficou muito chocado com a sua intervenção, mas no seu debate ficou claramente evidenciado que havia duas filosofias, de políticas completamente opostas. Relativamente à filosofia de encerramento de escolas, o Governo do PS no ano de 2006 anunciou que ia encerrar mais de 4500 estabelecimentos do primeiro ciclo e do ensino básico, até ao fim da legislatura. Relativamente às crianças andarem a ser transportados para a Praia da Vieira esta situação já vinha do anterior executivo e o PS nunca fez nada nem disse nada à cerca dela, portanto estava demonstrado que esta filosofia estava mais de acordo com os interesses da população, da escola de proximidade, com a nossa realidade social. Referiu que o Concelho estava dividido por vários lugares que têm vida própria e que estão a ser cada vez mais procurados, não se verificando razão para apostar em grandes centros educativos, abandonando o Parque Escolar existente.

O deputado do PSD, **Rui Verdingola**, disse que infelizmente passados 30 anos a política na educação era basicamente a mesma e que ficou admirado porque é que o PS neste momento estava a seguir a posição da Sr^a Ministra de Educação. Informou ser completamente contra a junção da pré com os básicos e os secundários, porque achava que cada estádio tinha a sua forma de estar, e vivências próprias, com ângulos de visão completamente distintos, e não se deve juntar de uma forma tão simples como se está a querer fazer, porque na sua opinião era um pouco perigoso. Comentou que a CDU esteve no Poder e levantou o Parque Escolar, posteriormente veio o PS e continuou a melhorar, mas este melhoramento não foi só por obra dos políticos locais, foi também com a sensibilidade dos pais que obrigaram a muitas mudanças e muitas intervenções nas escolas. Relativamente às colectividades e aos pavilhões desportivos nunca foi feita uma política de aproveitamento desses espaços. Questionou se a previsão do crescimento urbano existe para se poder direccionar os centros educativos, não da forma como estão a ser feitos na sua globalidade mas dividir em duas fases. Neste caso teriam que ser mais humildes e corajosos no sentido de avaliar com realismo aquilo que se fez e direccionou com alguma serenidade e não com pressa para resolver esta questão do Parque Escolar. Questionou o que se pretende nas escolas se era muitas crianças juntas, de várias idades. Sugeriu para irem às escolas e verem de perto se o convívio social tem alguma coisa a ver e se as vivências de um estádio tem a ver com outro. Referiu que a sua preocupação também era nas alternâncias de modelos educativos consoante a política e não os políticos. Dado que a política educativa na sua opinião era uma coisa e os políticos que analisam esse modelo educativo era outra. Neste sentido propôs que se fizesse um estudo de convivência entre as forças políticas da Marinha Grande, para que tenham um Parque Escolar no bom sentido e não divergências ocasionais. Por fim disse que, abster-se num projecto destes nunca, ou se vota a favor ou contra.

O deputado **Artur Marques** disse que ia ser muito breve contrariamente aos deputados do PS que desde que passaram para oposição fazem os outros deputados estarem até às 2 ou 3 horas da manhã e em segundas sessões com intervenções de fundo que são de bradar aos céus. Referiu que os deputados do PS davam a ideia que nunca cá estiveram caíram agora de pára-quadras, e o fantasma do comunismo está à porta a criar condições para o insucesso escolar ainda ser mais grave. Alertou o Vereador Alberto Cascalho que tinha que ter muito cuidado, porque provavelmente ia ser responsabilizado daqui a um ano pelo insucesso escolar no Concelho da Marinha Grande. Questionou os deputados que tinham acabado de intervir, quem eram os responsáveis neste País pelo insucesso escolar em Portugal e por se continuar na cauda da Europa, havendo tantos espertos e tantas inteligências, porque é que o País não ia para a frente, seria por causa dos comunistas. Referiu que o PS pretendia era que acabasse a política e a filosofia da CDU, porque era o que os impedia de serem uma sociedade extremamente evoluída ao lado dos grandes países de que falam. Questionou quem têm sido os Ministros da Educação no País ao longo destes anos todos. Quantos comunistas lá estiveram, quantos do partido socialista e do partido social democrático.

Lamentou continuarem a responsabilizar um documento que veio à Assembleia Municipal. Salientou que qualidade de vida, era dar condições à população e a todos os que vivem, não só a alguns que tiram cursos de doutores e depois vêm para a Assembleia fazer grandes discursos, dizendo que os outros são uma cambada de analfabetos. Referiu que concordava com o que o deputado Rui Verdingola disse, ou se estava a favor ou contra, porque nestas coisas estar-se no mais ou menos não contava.

O deputado **Rui Rodrigues** disse que o Sr. Vereador deu a entender na apresentação que fez que havia uma necessidade absoluta e imperiosa de aprovar a carta educativa e era necessário fazer candidaturas. Questionou o Vereador que técnicos e equipe é que a Câmara tinha para poder fazer os projectos, dado que na carta educativa havia um conjunto de projectos que tinham que ser feitos necessariamente. Referiu que a carta nos outros Municípios no caso de Leiria estava em inquérito público, e em outros nem sequer começou a ser discutida, enquanto que a Câmara da Marinha Grande aparecia com toda a pressa para que seja aprovada. Realçou que tinha a sensação que nem sequer estaria tecnicamente preparada para poder fazer os projectos a candidatar.

Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia** deu a palavra à Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes.

Da parte da Câmara Municipal e em resposta às questões colocadas, o Vereador **Alberto Cascalho** solicitou que baixassem o nível de dramatismo nas intervenções. Disse não estar recordado que em Assembleias recentes tenha havido um tema que tenha suscitado tantas intervenções, mas como professor isso deixava-o bastante satisfeito. Informou que havia grande vantagem se a carta educativa pudesse merecer uma aprovação generalizada da parte da Assembleia Municipal.

Relativamente ao documento não era nem poderia ser um documento perfeito e acabado. Referiu que o deputado Telmo Ferraz na intervenção que fez se referiu a um texto da lei de bases do sistema educativo e da sua concepção de território educativo. Clarificou que na pagina 9 da carta educativa do Concelho da Marinha Grande dizia que a actual lei de bases prevê a reconfiguração da rede educativa à luz do espirito da integração da educação pré-escolar e dos três ciclos de ensino básico e de algum modo retomando uma filosofia que julgava ter sido abandonada pelo próprio Ministério.

Referiu que subscrevia inteiramente o que o deputado Rui Verdingola disse, e que tinha as mesmas dúvidas tanto como professor, pai, cidadão e vereador, achando extremamente problemático. Reforçou que nunca viu nenhum pedagogo defender que haja vantagem em ter no mesmo espaço crianças de 3 anos com jovens de 18 anos e que não subscrevia esta perspectiva. Chamou a atenção que o documento começava por dizer que atendendo à configuração da rede educativa actual esta situação era impraticável e perante esta afirmação concordava que se discordasse. Realçou que não era de modo nenhum contra os centros educativos, e a proposta que trouxeram à Assembleia não era de uma simples ampliação de mais uma sala mas sim de um projecto para a Pedrolheira em que se prevê a criação de duas salas de jardim-de-infância e duas salas de primeiro ciclo, num espaço contínuo à cantina com todas as valências. Disse que estava absolutamente convicto que a carta educativa merecia ser aprovada. De qualquer forma não gostaria de estar a jogar um partido contra outro, porque na sua opinião era essencial afirmar posições partidárias sobre esta matéria, e claro que havia concepções diferentes dentro do mesmo partido. Referiu que a questão da urgência de aprovar a carta educativa foi porque esteve com o Sr. Presidente da Câmara numa reunião com a Sr^a Directora Regional de Educação onde ela que disse que se as cartas educativas que não obtivessem aprovação do Ministério da Educação até ao final do mês de Março, provavelmente já não haveria mais aprovações. Esclareceu que um Presidente da Câmara numa reunião da AMAE, perguntou o que se passava com a carta educativa da Marinha Grande, porque já todos tinham avançado e o Concelho da Marinha Grande nunca mais dizia nada. Tendo sido o primeiro Concelho dos sete a recebe-la por grande pressão que exerceram dada a preocupação de não poderem apresentar candidaturas.

Em resposta à questão do deputado Rui Rodrigues, informou que tinham alguns projectos elaborados mas que ainda não estavam totalmente concluídos, outros que já existiam mas necessitavam de ser reformulados, nomeadamente o da Pedrolheira, porque a perspectiva da CDU neste projecto era um pouco diferente do já inicialmente concebido. Referiu que este projecto proposto estava num horizonte de 7 ou 8 anos, mas com todas as necessidades detectadas de intervenções não ia haver capacidade de resposta já no ano de 2007 ou 2008. Reforçou que mesmo que estejam em condições de apresentar um único projecto, se a carta educativa não estiver aprovada não se podem candidatar ao financiamento. Salientou que subscrevia a preocupação da deputada Isabel Ferreira e que estavam previstos 16 espaços polivalentes. Disse não ter ideia que houvesse escolas com um número tão reduzido de alunos que justificasse o encerramento desse estabelecimento e a transferência desses alunos para outra escola, e o caso da escola de S. Pedro era uma excepção.

Relativamente à questão do deputado Paulo Vicente disse que era mais do que pertinente, e pela sua experiência pessoal achava que era muito complicado um professor assegurar 4 níveis de ensino. Salientou que a questão da cantina António Vitorino provavelmente era uma falha e no caso da Fonte Santa, disse ter questionado já várias vezes os serviços e a resposta que obteve foi que não tinham conhecimento de qualquer necessidade para aquela escola, dado que tinha duas salas não necessitava de um Jardim de Infância. Reforçou que era muito importante para a população de qualquer lugar que continue a ter a escola primária e se possível jardim ao mesmo tempo, sendo uma proposta que melhor responde às necessidades do Concelho e das populações. Disse que a CDU apostava efectivamente na requalificação dos espaços. Esclareceu que não havia drama nenhum em se criar centros educativos, mas não se podia estar a reduzir tudo a centros educativos, e tinha algumas dúvidas que em todos os casos fosse

produzir resultados positivos. Exemplificou que se numa única escola houvesse 10 turmas, logo eram necessários no primeiro ciclo 10 professores, mas se essas 10 turmas estiverem espalhadas por 3 escolas diferentes, continuavam a precisar do mesmo numero de professores. Na sua opinião achava que não se ia tirar grande vantagem em termos de quantidade dos equipamentos necessários, pelo facto de juntarem as crianças todas num mega estabelecimento. Neste sentido se houvesse 5 escolas colocavam-se 10 computadores em cada escola, logo eram necessários 50 computadores. Disse ter muitas dúvidas que se essas crianças se juntassem todas numa única escola já não fossem necessários os 50 computadores. Deu conhecimento que a Câmara candidatou-se a um equipamento para a pré e o primeiro ciclo e que continuavam empenhados em apetrechar esta rede para melhorar as suas condições. Disse que questionou três vezes o chefe de divisão e pediu-lhe para que verificasse cuidadosamente se a legislação impunha o inquérito público. Tendo o mesmo respondido sem qualquer hesitação que a legislação não o obrigava, de qualquer forma ia ter o cuidado de verificar. Disse que procuraram incluir na carta educativa todas as propostas obtidas nas várias reuniões que teve com as direcções dos agrupamentos, com algumas escolas em particular, professores e Associações de pais.

Por fim disse que, era muito importante que a votação fosse o mais abrangente possível.

Terminados os esclarecimentos, a **Presidente da Assembleia** anunciou que iria colocar o 2º ponto à votação.

Resultando a sua aprovação por maioria, com 11 abstenções e 13 votos a favor e 0 votos contra.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que a democracia era mesmo assim e não era grave que o ponto não tivesse sido votado por unanimidade, era sim se fosse imposto aos deputados terem que votar por unanimidade, mas não era essa a finalidade da Assembleia Municipal.

Proferiu uma declaração de voto como anexo nº 3 à presente acta.

Posto isto, a **Presidente da Assembleia** colocou a minuta à aprovação.

Presente deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião do dia 8 de Fevereiro de 2006, com o título “**APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA CONCELHIA**”, onde foi deliberado “ (...) apreciar favoravelmente o Plano Director de Ensino e Formação /Carta Educativa do Concelho da Marinha Grande e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, submetendo a Carta Educativa do Concelho à aprovação daquele órgão (...)” e cujo assunto constitui o segundo ponto da Ordem do Dia.

Para tomada dessa decisão, a Câmara Municipal apreciou a informação nº 06/PG/2007 do Chefe de Divisão de Acção Social, Educação e Desporto, datada de 24/01/2007, que deu conta do seguinte:

1. Conforme o disposto na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, no seu artigo 19º dedicado ao âmbito da educação:

“1 — É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

a) *Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;*

b) *Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.*

2 — *É igualmente da competência dos órgãos municipais:*

a) ***Elaborar a carta escolar a integrar nos planos directores municipais;***

b) *Criar os conselhos locais de educação.*

(...)”

2. A Lei nº 159/99 de 14 de Setembro transferiu do Poder Central para as Câmaras Municipais a responsabilidade pela elaboração da Carta Escolar, documento pouco abrangente e que se entendia como pouco mais do que um mero levantamento das edificações escolares de cada município.

3. Considerando que a terminologia de Carta Escolar foi alterada pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro para Carta Educativa, mas mais do que isto, constitui esta como um documento de planeamento, complementar ao PDM.

4. A Carta Educativa passou a ser entendida como o principal instrumento de apoio à decisão por parte de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos da educação e formação num determinado território. Trata-se de um instrumento de planeamento que, para além de se debruçar sobre a realidade existente, em termos dos tradicionais equipamentos educativos, agrega também outros equipamentos sociais e, tendo em conta as pessoas que quer servir, vai detectar as respostas mais eficientes aos anseios dessas populações.

5. A competência de elaboração da Carta Educativa é da Câmara Municipal, e conforme se prevê no nº 4 do artigo 19º do Decreto Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, o Município da Marinha Grande decidiu articular com os demais Municípios pertencentes à Associação de Municípios da Alta Estremadura para o desenvolvimento conjunto da Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa de nível supra municipal.

6. A AMAE contratualizou tal tarefa com a empresa PROGITAPE, com quem o Sector de Educação da Câmara Municipal tem vindo a trabalhar desde há dois anos a esta parte para a construção da Carta Educativa Municipal, tendo sido apresentada uma primeira versão no dia 12.12.06.

7. A Divisão de Acção Social, Educação e Desporto procedeu à sua verificação e propôs as alterações entendidas como adequadas, tendo sido terminado o documento na primeira semana de Fevereiro.

8. Terminado esse processo, e como prevê o Decreto Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, no nº 1 do artº 19, a aprovação da Carta Educativa foi tomada pela Câmara Municipal após discussão e parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, realizado a 12 de Janeiro de 2007.

9. Assim, a Câmara Municipal, considerando a mais valia de tal Carta Educativa enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que será necessário satisfazer, e tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico do nosso município, considerando o disposto no nº 1 e na alínea a) do nº 2 ambos do art.º

19º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e do nº 1 do art.º 19º do Decreto Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, deliberou em oito de Fevereiro de 2007, ao abrigo das alíneas a) e b) do nº 2 do Art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apreciar favoravelmente o Plano Director de Ensino e Formação /Carta Educativa do Concelho da Marinha Grande e remeter o mesmo à Assembleia Municipal, submetendo a Carta Educativa do Concelho à aprovação deste órgão.

A Assembleia Municipal, depois da apreciação e discussão do documento “Plano Director de Ensino e Formação /Carta Educativa do Concelho da Marinha Grande”, considerando o disposto no nº 1 e na alínea a) do nº 2 ambos do art.º 19º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e do nº 1 do art.º 19º do Decreto Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, delibera, ao abrigo da alínea a) do nº 3 do Art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, decide aprovar o referido documento nos termos apresentados a esta Assembleia sendo que a respectiva deliberação foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 11 abstenções.

Esta deliberação foi tomada por maioria com 13 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.
Que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

A **Presidente da Assembleia** anunciou que dado se ter ultrapassado em muito as 24 horas, e nos termos regimentais em vigor tinha que pôr à consideração da Assembleia Municipal a continuação da mesma ou suspensão para continuação em data posterior.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que tinha pedido na ultima Assembleia o relatório de síntese das actividades desenvolvidas no âmbito da Protecção Civil para esclarecer algumas preocupações. Dado o adiantado da hora e como admitia que a apresentação do ponto pudesse ser demorada, sugeriu que passasse para a próxima sessão da Assembleia conjuntamente com os outros dois pontos ou em alternativa de acordo com o Regimento encerrar a sessão e marcar uma próxima sessão extraordinária ou continuação desta.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, disse que realmente era tarde mas tendo em consideração a pessoa que ia falar sobre o assunto e estando presente na Assembleia Municipal desde as 21h, era justo que pelo menos esse ponto fosse discutido nesta sessão.

O deputado **João Cruz** disse lamentar que o Sr. Artur Granja não conseguisse apresentar o ponto quando o planeava fazer, mas tendo em conta a hora e como havia um outro ponto antes desse para discutir, só havia duas soluções, ou interromper ou retirar esse ponto e colocá-lo numa próxima Assembleia. De qualquer maneira para ser discutido teria sempre que o ser na continuação desta sessão e a outra hora.

A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a sessão iria encerrar, prosseguindo no dia 1 de Março de 2007 pelas vinte e uma horas, lembrando que faltava discutir os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos:

Ponto três – Apreciação e votação dos Estatutos da nova Associação de Municípios “Pinhal Litoral”;

Ponto quatro–Relatório síntese de actividades desenvolvidas no âmbito da Protecção Civil até Fevereiro de 2007;

Ponto Cinco - Actividade Camarária/Informação Financeira

Antes de terminar a sessão, dirigiu a palavra ao público presente, informando que de acordo com o Regulamento só podiam intervir após a discussão do último ponto da Ordem de trabalhos, por isso, teriam que o fazer na sessão seguinte, pedindo desculpas.

Por nada mais haver a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pela uma hora e dez minutos, ficando designado como data para a sua continuação o próximo dia 1 de Março de 2007.

-- -- --

Os trabalhos foram assim retomados no dia 1 de Março de 2007, pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no Auditório José Henriques Vareda, dando continuidade à ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, sendo que se encontravam por discutir os seguintes pontos:

Ponto três - Apreciação e votação dos estatutos da nova Associação de Municípios “Pinhal Litoral”;

Ponto quatro–Relatório síntese de actividades desenvolvidas no âmbito da Protecção Civil até Fevereiro de 2007;

Ponto Cinco – Actividade Camarária/Informação Financeira

A **Presidente da Assembleia** deu inicio à sessão, pela discussão do 3º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO TRÊS– APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA NOVA ASSOCIAÇÃO DE MUNÍCIPIOS “PINHAL LITORAL”

O **Presidente da Câmara Municipal** introduziu o ponto dizendo que a Associação Nacional de Municípios tem estado a estudar o próximo quadro comunitário de apoio e tem desenvolvido reuniões com a CCDRC e o Governo. Referiu que a AMAE chegou à conclusão que face à filosofia imposta pelo Governo na distribuição de fundos do quadro comunitário para se poderem candidatar, teria que se criar uma outra Associação que correspondesse mais ou menos ao espaço geográfico da Nut 3. Daí que os

Presidentes de Câmaras integrados na AMAE criaram uma Associação que se designou de “Pinhal Litoral” apenas e exclusivamente com objectivo de facilitar as candidaturas dos projectos como consta dos seus estatutos. Acrescentou que na altura enviaram um projecto de estatutos para o Gabinete jurídico da AMAE, que posteriormente aconselhou a uma pequena alteração, à qual foram forçados a submeter esta rectificação dos estatutos, que os colegas autarcas da Assembleia Municipal já aprovaram.

O deputado **Telmo Ferraz** referiu que quem estava disponível para tratar este assunto era o deputado João Cruz, mas que se encontrava ausente. Disse que esta Associação tinha como objecto a gestão de fundos, e naturalmente haveria um Conselho de Administração para os gerir, mas o que interessava em concreto era a Câmara da Marinha Grande. Questionou se já tinham projectos para se puderem candidatar através de fundos que iam sendo disponíveis para esta Associação.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que não era uma Associação de gestão mas uma Associação de distribuição dos valores a que cada Câmara se vai candidatar conforme os estatutos. Referiu que o trabalho administrativo da candidatura do envio dos comprovativos das respectivas despesas exigidas, fazem a distribuição pura e simplesmente. Saliu que tinham alguns projectos para se candidatar, embora não fossem tantos como desejavam, mas estavam a desenvolver todos os esforços no sentido de fazer o maior número possível, visto que as perspectivas era de que ia haver muito mais dificuldades nas candidaturas dos que nos últimos quadros comunitários de apoio como se poderia verificar através dos montantes distribuídos para cada programa. Referiu que têm estado atentos e já têm alguns em execução, e estão a tentar ver em que medida é que se podem candidatar as despesas, visto que foram informados pelo Governo que as despesas efectuadas desde Janeiro eram apoiadas.

O deputado **Telmo Ferraz** fez um pedido de esclarecimento, dado que o Presidente da Câmara disse que a Associação não tinha como fim a gestão de fundos. Evocou o artigo 4º do estatuto: - a Associação tem por objectivo a gestão de fundos e programas no âmbito do quadro comunitário.

O **Presidente da Câmara** informou o deputado, que se quiser considerar que isso seja um acto de gestão, considere, mas o que tinha entendido é que o deputado quis dizer que a distribuição dos fundos eram concedidos pelos diversos programas do quadro comunitário a candidatar. Neste sentido, a distribuição à Câmara titular do projecto era de acordo com os montantes com que cada projecto fosse apoiado.

O deputado **Telmo Ferraz** voltou a intervir para dizer que não acreditava que esta Associação não fosse para distribuir dinheiro, mas na sua opinião tinha como objectivo a gestão de determinados fundos. Reforçou que não ficou esclarecido acerca do que tinha perguntado, achando que a Câmara não tinha em mente qualquer projecto para ser candidatado, porque se o tivesse facilmente o diria à Assembleia Municipal. Acrescentou que esta Associação foi criada de acordo com os estatutos que lhes eram presentes, haveria fundos geridos de acordo com estes estatutos.

O deputado **José Luís** dirigiu-se ao deputado Telmo Ferraz dizendo-lhe que esta Associação de Municípios “Pinhal Litoral” era uma trapalhada do Governo, porque a AMAE e AMLEI só por si teriam condições para se candidatarem aos fundos do

próximo quadro comunitário. Mas como a AMLEI foi formada na altura do Governo do PSD, e até hoje ainda não foi regulamentada por parte do Governo, logo não tinha condições para se candidatar ao novo quadro comunitário. Neste sentido, era necessário encontrar outra Associação que tivesse como objectivo fundamental candidatar-se ao próximo quadro comunitário. Chamou a atenção ao deputado que se tivesse tido a oportunidade de ler o relatório da actividade da Câmara, verificava que vinha na divisão de ordenamento e planeamento urbanístico, planos, estratégia e criação para o território da Comunidade Urbana de Leiria, onde diz que a Câmara da Marinha estava a preparar projectos para integrar este plano estratégico na Comunidade urbano de Leiria, portanto era importante que lesse com mais atenção os documentos que lhe vão chegando da Câmara Municipal.

O deputado **Telmo Ferraz** pediu que lhe identificassem os projectos que vêm no relatório da actividade da Câmara.

O deputado **João Cruz** disse que a principal critica que fazia ao ponto era pelo facto de não vir fundamentado, dado que lhe foi presente na Assembleia Municipal uma cópia dos estatutos e uma mera deliberação da Câmara Municipal a dizer que aceitava integrar a Associação dos Municípios “Pinhal Litoral”, mas sem qualquer tipo de justificação, ficando sem perceber para que servia esta Associação. Referiu que perante os estatutos verificava-se haver um objectivo, mas na sua opinião era pouco, dado que a Associação ia ter um papel muito importante. Realçou que não se via em lado nenhum como é que esta Associação ia funcionar, com que regras e quantas pessoas iam ser necessárias. Referiu que esta Associação surgiu na sequência do Procentro que quer contratualizar com Associações ao nível do Nut 3 alguns dos programas ali inscritos mas não havendo regras parecia-lhe bastante complicado. Informou que normalmente nos estatutos, fica definido quantos membros é que cada Município destina à Assembleia e os estatutos terem sido substituídos em cima da hora notava-se alguma leveza de espirito na preparação de uma coisa bastante importante. Referiu que as despesas de endividamento desta Associação contavam para os limites de endividamento da própria Câmara, e não trazendo à Assembleia Municipal nem sequer um argumento para justificar aos deputados, que votem a favor, lhe parecia algo complicado. Salientou que gostaria de aprovar porque achava que era importante este tipo de Associação mas deveria ter um plano de acções que demonstrasse claramente como é que vai funcionar, em que moldes e com que regras. Referiu que neste momento, estarem a aprová-la sem saber em que moldes vai ser feita, era estarem a dar carta branca à Assembleia.

O deputado **Pedro André** referiu que esta Associação era muito importante, porque os quadros comunitários obrigavam a que houvesse projectos intermunicipios. Questionou porque é que a Câmara ainda não integrou a Simlis. Referiu que na sua opinião não se devia perder tanto tempo a discutir isto, era evidente que havia coisas nos estatutos que discordava. Disse que achava que só depois da Associação estar a trabalhar e ter um Conselho Directivo, como constava no estatuto é que se ia ter que apresentar projectos e não tinham que ser aprovados em Assembleia Municipal.

O deputado **Saúl Fragata** disse que começava a perceber porque é que o PS apostou numa postura de eternizar as Assembleias Municipais, chegando à conclusão que eles falam 95 minutos enquanto que a CDU fala 33 minutos, e quando não têm assunto inventam até sobre a própria intervenção. Referiu que o deputado João Cruz como tinha

a incumbência deste ponto e trazia o trabalho feito de casa, como se atrasou o deputado Telmo Ferraz viu a coisa mal amparada e no seu estilo habitual não deixou créditos em mãos alheias, de ir a todas mas depois saiu-se mal não sabendo o que dizer. O deputado José Luís colocou as coisas de certo modo no plano certo e o deputado Pedro André ainda mais. Alertou para o facto do PS estar há dois anos no Governo e já viu que as regiões administrativas são necessárias para o País sejam elas quais forem, para poderem ter aquilo que os outros países da Europa têm, com órgãos e leis criadas, e já lá vão 30 anos e continua a faltar a criação das regiões administrativas. Saliu que o deputado Rui Rodrigues provavelmente também não concorda pelos supostos da organização mas como pertence à AMLEI até votou achando aquilo tudo muito bom. Entretanto o PS que já teve oportunidade em dois anos de desencadear e avançar para um processo de regionalização não avançou, e como a vida e o tempo não param isto tem que vir à Assembleia, mas entretanto já querem que venha com tudo, inclusive, com projectos aprovados.

O deputado **João Cruz** afirmou que a única coisa que o deputado Saul Fragata disse correcto, é que ele tinha feito o trabalho de casa ao contrário de outros deputados que vêm à Assembleia e não o fazem. Referiu que a contratualização estava definida no programa operacional do centro para 2007-2013, nomeadamente, na página 91 onde diz o que é o QREN. Referiu que não era ele que estava a pedir os projectos era o programa operacional do centro que dizia que as candidaturas de projectos deviam ser apresentadas conjuntamente com a proposta de plano de desenvolvimento, e só assim ambas as partes estarão em condições de quantificar com rigor as necessidades de recursos financeiros para a assistência técnica ou os projectos que iram ser executados. Saliu que o plano ia ter que ser em conjunto com todas as intenções de candidaturas das diversas Câmaras Municipais que o compõem, e é esse o documento no seu todo que vai ser aprovado e contratualizado com o Procentro. Colocou uma questão hipotética, imaginando que muitos dos projectos eram municipais e outros supramunicipais, e quais as garantias que ia haver numa repartição justa de projectos supramunicipais.

Disse que tinham o problema da Valorlis por causa dos estatutos que na altura alguém pensou que a clausula não interessava para nada e passado 10 anos, verifica-se que interessa e muito. Será que vai ser esta Associação que vai recorrer a empréstimos e ser ela a promotora, ou são as Câmaras que aparecem como promotoras e se for assim será que o projecto é supramunicipal? - parece que não.

Referiu que os estatutos que estão a aprovar dizem que os encargos anuais com amortizações e juros de empréstimo a médio e longo prazo contraídos pela Associação, relevam para os efeitos os limites de capacidade de endividamento dos municípios associados, e compete à Assembleia Municipal deliberar sob a forma de imputação dos encargos aos Municípios associados. Realçou que a bancada do PS ia votar favoravelmente porque não era a Associação que estava em causa, mas alertar para leviandade com que por um lado a AMLEI preparou estes estatutos, e por outro verificar que vêm à Assembleia sem um programa que diga exactamente o que é

O **Presidente da Câmara** voltou a informar que já tinha alguns projectos candidatáveis e a dedução que o deputado Telmo Ferraz tirou da sua intervenção não era verdade, porque esta Associação não tinha como fins gerir ou compartimentar os fundos comunitários a não ser em projectos intermunicipais. Referiu que esta Associação apenas intervém por orientação do Governo e da CCDRC, e não permite à AMAE que

preste o serviço às diversas autarquias. Referiu que esta Associação apenas tem como objectivo gerir as candidaturas e não os fundos que vierem a ser contempladas das candidaturas ao QREN.

Informou o deputado Pedro André que a Câmara já era associada da Simlis.

Disse que o Sr. Ministro do Ambiente garantiu-lhe que os projectos que forem promovidos pelas Câmaras individualmente, têm a mesma possibilidade que os das intermunicipais de serem candidatados.

Informou que não excluíram a possibilidade de candidatarem os projectos do saneamento através da Simlis, mas propuseram algumas alterações ao protocolo. Salientou que estavam à espera de informações suplementares, para depois decidirem de acordo com os interesses da população do Concelho da Marinha Grande.

De seguida a **Presidente da Assembleia** anunciou que se ia proceder à votação do 3º ponto da ordem de trabalhos, resultando a sua aprovação por unanimidade.

Presente deliberação da Câmara Municipal datada de 08 de Fevereiro de 2007, com o título **“ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL LITORAL DE FINS ESPECÍFICOS – PROPOSTA DE ESTATUTOS”**, cujo assunto constitui o terceiro ponto da Ordem do Dia, e que a seguir se passa a transcrever:

“Presente mail remetido pela AMLEI, datado de 06/02/2007, registado sob o nº 1388, enviando a proposta de estatutos da Associação de Municípios do Pinhal Litoral.

A Câmara apreciou o assunto e nos termos do previsto no art.º 64º, nº 6, alínea a) e para efeitos do art.º 53º, nº 2, alínea m), ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera solicitar à Assembleia Municipal autorização para integrar a “Associação de Municípios do Pinhal Litoral” de Fins Específicos, que se regerá pelos Estatutos em anexo (Anexo 4), e que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.”

Presente, também, a deliberação da Câmara Municipal datada de 22 de Fevereiro de 2007, com o título **“ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL LITORAL DE FINS ESPECÍFICOS – “VERSÃO FINAL” DE ESTATUTOS – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 08/02/2007”**, e que a seguir se passa a transcrever:

«Na reunião do dia 08/02/2007 a Câmara deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização para integrar a “Associação de Municípios do Pinhal Litoral” de Fins Específicos, que se regerá pelos Estatutos cuja minuta havia sido remetida pela AMLEI em 06/02/2007.

Em 14/02/2007, através do nosso ofício nº 1630, foi remetida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal certidão da mencionada deliberação bem como cópia dos respectivos Estatutos, com vista à inclusão do assunto na ordem do dia da sessão daquele órgão, marcada para o dia 23/02/2007.

Em 19/02/2007, através de mail registado sob o nº 1740, vem a AMLEI remeter a “versão final” para os Estatutos da Associação de Municípios do Pinhal Litoral, bem como o “documento de trabalho onde estão anotadas as alterações efectuadas”.

Apesar de no mail de 06/02/2007 a AMLEI não referir que a proposta de Estatutos então enviada estava sujeita a alteração, torna-se necessário que a Câmara aprecie novamente o referido documento, agora na sua “versão final”, e que o remeta à Assembleia Municipal.

A Câmara apreciou o assunto e nos termos do previsto no art.º 64º, nº 6, alínea a) e para efeitos do art.º 53º, nº 2, alínea m), ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera solicitar à Assembleia Municipal autorização para integrar a “Associação de Municípios do Pinhal Litoral” de Fins Específicos, que se regerá pelos Estatutos cuja “versão final” se anexa (Anexo 8), e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, solicitando igualmente que esta proposta e respectiva documentação seja aditada à documentação referente a este assunto já entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.»

Apreciados os documentos e nos termos do previsto no art.º 53º, nº 2, alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal da Marinha Grande delibera por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, autorizar o município a integrar a “Associação de Municípios do Pinhal Litoral”, de Fins Específicos, que se regerá pelos Estatutos propostos, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexam à presente minuta.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por **unanimidade**, com **22** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções.

Que se encontra com anexo nº 5 à presente acta.

O deputado **Paulo Vicente** referiu que as actas deviam ser aprovadas no final da reunião ou no início da reunião seguinte e há um ano só aprovaram uma acta. Perante esta situação estavam na ilegalidade porque não as aprovavam no início da sessão seguinte, sendo documentos muito importantes não só nos textos de deliberações mas também nas exposições que cada um toma na Assembleia Municipal, e para se ilibarem de qualquer ilegalidade que possa vir a ser cometida. Chamou a atenção da mesa e da primeira secretária que havia muita urgência para que as actas da Assembleia fossem aprovadas e distribuídas.

A **Presidente da Assembleia** registou o alerta que o deputado fez e salientou que a mesa tem tido a preocupação de solicitar à pessoa encarregue de fazer a redacção dessas actas, alguma brevidade das mesmas. Informou que a pessoa que as fazia até então foi integrada nos quadros do Município e ficou com tempo mais limitado para o exercício destas funções, tendo sido já solicitada a colaboração no sentido de disponibilizar tempo para auxiliar outra pessoa para poder adiantar a redacção dessas actas. Salientou que o reparo era oportuno, porque as actas devem ser tão rápidas quanto possível, redigidas e trazidas à Assembleia Municipal para aprovação, tratando-se de uma questão mais de

logística e de recursos humanos do que outra. Realçou que o reparo tinha que ser atendido e iriam tomar providências nesse sentido.

De seguida anunciou que se ia proceder à discussão do 4º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO QUATRO –RELATÓRIO SÍNTESE DE ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA PROTECCÃO CIVIL ATÉ FEVEREIRO DE 2007

A **Presidente da Assembleia** informou que para além da documentação distribuída aos deputados haveria eventualmente mais alguma informação. Posto isto, passou a palavra à Câmara

O **Presidente da Câmara** disse que solicitaram ao assessor da Protecção Civil para fornecer um relatório que como era hábito, estes serviços elaboram para trazer à Assembleia, de forma sintética e elucidativa dos bons serviços que presta à população e o cumprimento dos objectivos com que foi criado e estabelecido legalmente. Chamou a atenção que este serviço estava a cumprir com toda a proficiência e legalidade, ao qual não parece que esteja a haver qualquer tipo de falhas. Informou que elaboraram vários planos previstos e exigidos pela legislação, tem participado em diversos projectos de prevenção rodoviária, na segurança dos edifícios, na zona florestal contra incêndios, e mais diligências nesse sentido. Acrescentou que tem sido solicitado por várias instituições para participar em estudos, projectos, e colaborar na defesa dos espaços escolares, acções de sensibilização rodoviária, casos de sismos, secas, incêndios, etc. Realçou que a Câmara teve o cuidado de trazer à Assembleia um relato bastante extensivo de tudo o que aconteceu a nível deste serviço. Disse que na sua opinião este documento merecia discussão da Assembleia Municipal.

O deputado **Telmo Ferraz** referiu que quem solicitou este trabalho andava um pouco distraído dos perigos que os rodeia. Realçou que felizmente até hoje no nosso Concelho as coisas não têm corrido mal, porque a Protecção Civil tem trabalhado nesse sentido de proteger as populações, dos diversos perigos. Salientou que achava que fosse feito uma apresentação para depois comentarem e fazerem algumas observações. Questionou o Presidente da Câmara se havia mais alguns documentos a apresentar além dos que já possuíam.

O **Presidente da Câmara** informou que não havia mais documentos para além dos existentes.

O deputado **Telmo Ferraz** voltou a referir que a única preocupação, era que tinham no Concelho da Marinha Grande alguns perigos para os quais teriam que ter cuidados especiais. Sendo uma cidade industrial com perigos inerentes a essa actividade, neste aspecto a Protecção Civil tinha efectivamente um trabalho de defesa importante. Disse que a autarquia teria de ter um cuidado especial relativamente a dois factores de risco: um de muito calor no Verão e outro de muita água no Inverno. Referiu que se no Verão tem havido uma diminuição de área queimada, ultimamente tem acontecido algumas pequenas inundações que se podem transformar em grandes inundações se não houver cuidados especiais. Salientou que havia outro tipo de preocupação pelos elementos que

lhes foram fornecidos, relativamente à decisão tomada pela Câmara da redução de apoios aos bombeiros, e não se compreendia como era possível numa cidade extremamente industrial com todos os perigos daí inerentes, numa área extremamente florestal como era a nossa, onde um elemento fundamental da Protecção Civil são os bombeiros Municipais e a Câmara deixar de cumprir um acordo estabelecido pela Câmara anterior por uma razão economicista. Felicitou o Presidente da Câmara como principal responsável da Protecção Civil pelo trabalho estar a ser desenvolvido com grande nível e qualidade profissional. Acrescentou que infelizmente não o podia felicitar pela forma como estava a apoiar uma organização fundamental da Protecção Civil que eram os Bombeiros. Reforçou que na sua opinião a comunidade marinhense e algumas organizações da Marinha Grande têm mais sensibilidade por este problema que propriamente a Câmara Municipal.

O deputado **José Rodrigues** disse que foi consultar na Internet a constituição da Protecção Civil da Marinha Grande, e qual não foi o seu espanto quando verificou que no organograma ainda aparece o Sr. Álvaro Órfão como Presidente da Protecção Civil da Marinha Grande e vice Presidente Sr. Armando Constâncio, o que já deveria ter sido actualizado. Questionou o porquê de só 11 anos depois aparecer um relatório, será que durante estes anos não aconteceu nada, e se só voltariam a ter um novo relatório daqui a mais 11 anos. O que é que a Protecção Civil ou a Câmara estava a preparar em relação à nossa orla costeira no caso de acontecer alguma catástrofe.

Em resposta a algumas questões colocadas, o **Presidente da Câmara** prestou esclarecimentos. Relativamente à questão do deputado Telmo Ferraz, disse que já teve oportunidade de esclarecer na devida altura em que foram discutidos a nível da Assembleia Municipal os documentos do orçamento e o plano de actividades. Disse que de facto o dinheiro não chegava para tudo e teve que se reduzir a todos níveis incluindo aos bombeiros. Informou que o que se pretendeu foi consignar no plano de actividades o máximo de obras possíveis que gostariam de realizar com as poucas disponibilidades existentes. Dado que havia obras que não iam conseguir realizar, ficaram no fim do exercício com alguns fundos para depois poderem satisfazer iniciativas e dar apoio a algumas instituições. Referiu que esta situação sempre tem acontecido e naturalmente poderia acontecer este ano, como foi o caso dos bombeiros de Vieira de Leiria que não tinham sido apoiados na compra do seu ultimo carro de fogos, e como no final do ano havia disponibilidades e a pedido dos bombeiros, a Câmara disponibilizou-se a contribuir. Salientou que os dois quartéis instalados no nosso Concelho foram executados e apoiados pelos executivos de que fez parte assim como foram subsidiados todos os equipamentos adquiridos. Reforçou que tinha credibilidade nesta área para garantir que nos executivos que fizer parte os Bombeiros não vão ser esquecidos.

O deputado **Telmo Ferraz** questionou o Presidente se era verdade ou mentira que os bombeiros da Marinha Grande recebiam apoio durante um período alargado e consignado pela anterior Câmara resultado de uma acordo entre as duas instituições, e que este ano esse apoio foi retirado pelo Sr. Presidente da Câmara

O **Presidente da Câmara** voltou a dizer que os bombeiros da Marinha Grande continuavam a ser apoiados pela Câmara todos os meses. O que aconteceu foi que havia coisas que não estavam suficientemente legalizadas e procuraram-se integrar na

legalidade e isso serviu para os rateios das verbas consignadas no orçamento e no plano de actividades.

O deputado **Paulo Vicente** disse que um dos óbices que tiveram na primeira sessão da Assembleia Municipal para ser adiada era se o relatório da Protecção Civil estaria preparado para ser projectado nessa sessão, não sendo assim achava que era uma oportunidade perdida porque todos eram e deviam ser agentes de Protecção Civil para que não se projectasse um trabalho de mérito, sendo uma boa oportunidade para sensibilizar não só os deputados mas também o público presente, para a necessidade da Protecção Civil.

O **Presidente da Câmara** informou que não conhecia o trabalho, e como responsável pela Protecção Civil do Concelho de maneira nenhuma se opunha a que se fizesse qualquer tipo de trabalho, só achava estranho que as coisas tivessem decorrido desse modo. Na sua opinião tinha sido uma maneira bizarra de anunciar que o lugar de assessor estava vago e desajustados à forma como a situação foi conduzida.

O deputado **Paulo Vicente** interveio para dizer que o que ficou no ar pela voz da Presidente da Assembleia na primeira sessão, era adiar os pontos para esta sessão, e estaria um trabalho preparado e montado sobre a Protecção Civil para ser projectado, e foi sobre isso que questionou. Referiu que o trabalho da Protecção Civil que conhece há 12 ou 13 anos, desde que é Presidente da Junta de Freguesia de Vieira era este.

A **Presidente da Assembleia** questionou o Presidente da Câmara se não se opunha que a Assembleia Municipal visualizasse o trabalho que estava para ser apresentado.

O **Presidente da Câmara** respondeu que não se opunha.

O deputado **Pedro André** propôs que fosse elaborado um relatório destes por ano, não apenas de 12 em 12 anos e que se resumia a 2 ou 3 páginas e algumas coisas que estavam referidas nem foram feitas pela Protecção Civil.

Colocou algumas questões, solicitando à Câmara que prestasse os devidos esclarecimentos. Disse que têm uma moto de água e a informação que tinha sobre ela é que sempre que entra em água salgada o motor pára, será que estava a servir e a fazer as suas funções. As bocas de incêndio que se estendem-se na mata, entre a Ponte do Ribeiro e a Ponte Nova não estão operacionais. Os pontos de água para o abastecimento dos meios aéreos no combate de incêndios e nomeadamente o de Albergaria estava desactivado.

O **Presidente da Câmara** pediu desculpa ao deputado por não ter informação suficiente para lhe responder.

A **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Artur Granja para fazer a exposição do trabalho.

O responsável pela Protecção Civil Sr. **Artur Granja** disse, com autorização do Presidente da Câmara ia apresentar o trabalho realizado ao longo destes últimos anos. Esclareceu que o relatório não era da actividade de 1995 a Fevereiro de 2007, porque o trabalho realizado no âmbito da Protecção Civil era entregue trimestralmente para as

Assembleias Municipal e vinha conjuntamente com o trabalho da actividade da Câmara. Acrescentou que poderiam elaborar um relatório anual se a Assembleia Municipal entendesse que era mais útil.

Posto isto, iniciou a apresentação do trabalho dizendo que esta era a frase que todos conheciam: “ A protecção Civil é uma tarefa de todos”. Começando no Estado e passando pelo Governo Civil, Municípios, Juntas de Freguesia e por todos os cidadãos. Salientou que se todos tiverem consciência desta estrutura facilmente percebem que a casa não se constrói a partir do telhado mas sim a partir da base que somos todos nós. Referiu que a solução dos problemas passava pela população e pela aceitação de novos desafios, projectos, comportamentos, ideias e acima de tudo pela mudança de atitude, este tem sido o trabalho desenvolvido ao longo destes anos junto da população em geral e das escolas em particular, que tem demonstrado que estavam certos os objectivos traçados e a estratégia definida para os atingir. Disse que foram vários os projectos criados e lançados, actualmente a nível Distrital e Nacional, como por exemplo um CD de orientação para elaboração de planos de emergência nas escolas, Brigadas de apoio aos lugares e colectividades, localização de viaturas de emergência por jps, concurso de desenhos a nível das escolas para seleccionar o símbolo dos clubes. Referiu que continuam por definir grandes projectos, e era importante que se definisse de uma vez por todas como é que o financiamento ia ser distribuído aos bombeiros. Realçou que presentemente o serviço de protecção Civil da Marinha Grande era uma referência a nível nacional. Informou que com frequência recebem pedidos de outras autarquias a solicitarem ajuda, porque o serviço nacional de bombeiros e Protecção Civil os indicou como referência. Nas universidades e Institutos vários são os professores que referem o trabalho realizado na Marinha Grande e aconselham os alunos a solicitarem à Câmara Municipal a autorização para a realização de estágios profissionais. Salientou que este era um trabalho de todos e por essa razão se deviam orgulhar como marinhenses do trabalho que têm vindo a realizar.

Destacou alguns dos trabalhos realizados: Em 1998 elaboraram o plano de emergência da Marinha Grande, em 2004 iniciaram um projecto de revisão porque o plano de emergência era dinâmico e não estático e em 2006 elaboraram um documento para o estudo tático-operacional de protecção e socorro do Distrito de Leiria. Realçou que a Protecção Civil trabalha na área da análise dos riscos, do planeamento, da prevenção, da sensibilização, da formação da população e estão disponíveis para colaborar com a população e com os bombeiros para a recuperação do pós acidente. Na área do ambiente trabalham a prevenção dos riscos, investigam, estudam, diagnosticam, planeiam, previnem e implementam muitas medidas ao nível do município. No território preocupam-se com as ocorrências, e obter os meios solicitados pelos agentes e coordenam. Referiu que no pós ocorrência era importante regularizar e acrescentar a capacidade de resiliência à sociedade, porque de facto a vida não pára. Dentro do projecto do plano municipal de emergência analisa os riscos a nível do Concelho e preocupam-se em fazer cruzamentos com informações recolhidas dos Concelhos próximos. Analisam os incêndios florestais, os riscos rodoviários, industriais e sísmicos. Dentro da segurança rodoviária elaboraram um projecto de segurança nas estradas em colaboração com o departamento da Câmara, campanha Paz na estrada com colaboração do Governo Civil, acções de sensibilização de crianças e jovens em todas as escolas do Concelho. Referiu que tudo o que têm está disponível para os bombeiros poderem consultar em permanência assim como a Protecção Civil. Salientou que houve uma redução significativa dos acidentes ocorridos de 2005 para 2006, resultado prático das acções que foram feitas. Acrescentou que trabalhamos na segurança dos edifícios

municipais e públicos, na execução ou acompanhamento, resposta a toques de alarmes, colocação e revisão anual dos extintores de incêndio em todos os edifícios municipais. Informou que hoje têm mais de 300 extintores espalhados pelas escolas e edifícios municipais. Planos de emergência da biblioteca municipal e do museu do vidro em colaboração com a EPAMG. Planos de emergências das escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, das escolas do segundo e terceiro ciclo, das secundárias e profissionais, do edifício de Paços de Concelho. Dentro da segurança industrial fizemos um levantamento do risco de análise, risco de ambiente, de acidente industrial em protecção civil. Dentro da segurança ambiental, “vamos manter a floresta limpa” uma acção anual que têm vindo a realizar ao longo destes anos todos.

Salientou que a Protecção Civil interessa a todos, e é de todos. Referiu a boa colaboração da Câmara Municipal, da Dr^a Eunice e da EPAMG.

Alertou para uma quantidade de fenómenos que já aconteceram e outros com probabilidades de acontecerem. Referiu com grande ênfase a prevenção que era necessária manter em relação aos fogos nomeadamente nas nossas matas, aos perigos constantes nas estradas de S. Pedro de Moel, às prováveis cheias, à melhor colocação de passadeiras para os peões, à melhor distribuição de bocas de incêndio, aos protocolos de socorro nas praias, fez maior relevância para a erosão das arribas de S. Pedro de Moel.

Realçou que se estava perante um trabalho feito com muito rigor, em alguns casos levado à exaustão, merecedor de ser visto pela Sociedade Civil. Para que melhor se perceba dos cuidados a ter no quotidiano, aconselha-se a projecção nas escolas.

Para melhor compreensão da intervenção efectuada junto se anexa (anexo nº 6) resumo da mesma.

Terminada a apresentação e esclarecimentos, a **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Sr. Artur Granja.

De seguida anunciou que se ia proceder à discussão do 5º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO CINCO - ACTIVIDADE CAMARÁRIA

O deputado **Fernando Alves** disse que na zona do Estádio havia duas passadeiras de peões, uma em frente ao Modelo, outra na entrada para o Estádio que eram um perigo constante e à noite pior, era o exemplo do que se passava na avenida, numa das passadeiras onde não há iluminação e os condutores não se apercebem da passadeira nem dos peões e assim vão sucedendo os acidentes. Solicitou para que se fizesse lá uma intervenção.

O deputado **Paulo Vicente** disse que leu com bastante atenção o relatório da actividade da Câmara, e verificou muitas obras adjudicadas e projectos. Neste sentido questionou o porquê de não ver referencias, a projectos concluídos ou outros relativamente a infra-estruturas, concretamente as Ruas da Industria e da Fonte Santa, que são complementares uma da outra e estão bastante degradadas. Voltou a colocar a questão relativamente ao inicio das obras do mercado da Vieira, uma vez que já estavam adjudicadas.

O deputado **João Cruz** referiu que continuava sem compreender como é que era possível apresentar no relatório, a divisão de licenciamento de obras particulares em meia página, sendo uma das que mais importância tem para as populações, relativamente à aprovação de projectos de construção no Concelho. Referiu que também

era importante os deputados terem conhecimento da quantidade existente de projectos na Câmara, quantos efectivamente entram e quantos saem.

Registou com agrado que o arquivo municipal já esteja a proceder ao registo informático de dados relativamente aos processos de obras, no sentido de responder às solicitações por parte dos serviços e dos deputados. Referiu que era pertinente e interessante a página da Internet da Câmara Municipal, mas não conseguia perceber como é que numa altura destas em que se fornecem aos deputados os documentos em suporte informático ainda não estivesse actualizado o orçamento, as grandes opções do plano, e os projectos estruturantes e continuassem a ser os da Câmara PS. Relativamente às actas não percebia como é que a ultima era a da reunião de Câmara de Setembro de 2006, com atraso de 5 meses e na área da Assembleia a ultima acta era de 2003. Reforçou que não percebia, dado que os documentos estavam a ser distribuídos em suporte informático logo podiam passar para a página automaticamente. Referiu que a Câmara e a Assembleia Municipal tinham obrigação de tornar publico as actas. Sugeriu que a Ordem de Trabalhos também fosse publicada na Internet na página da Câmara. Disse que as populações deviam poder ver não só através dos órgãos de comunicações mas também através da Internet, para consultarem os assuntos que iam sendo discutidos, tal e qual como os deputados. Em relação à parte financeira, disse que continuam a queixar-se de falta de dinheiro mas continuam a depositar a prazo, em que os depósitos passaram de um milhão de euros para um milhão e duzentos mil euros. Referiu que não se compreendia como é que as dividas por pagar eram de 580 mil euros quando estavam depositados a prazo 1 milhão e 200 mil euros, mais 846 mil euros à ordem. Chamou a atenção ao Presidente da Câmara que na ultima Assembleia, quando comparou um ano com onze meses do ano seguinte, o Sr. Presidente lhe disse que tinha havido alteração de política contabilista. Nesse sentido fez um requerimento onde disse que tinha havido obviamente alteração de política contabilista de 2005 para 2006. Este ano havia um aumento de 33% relativamente às despesas correntes.

O deputado **Pedro Silva** voltou a colocar à Câmara a questão da Valorlis, onde disse que teve acesso à acta da reunião, e gostava de perceber se as contrapartidas que tinham sido discutidas na Assembleia há uns meses, foram realmente requeridas na reunião onde foi decidida a manutenção do aterro, com os votos favoráveis de todas as Câmaras com excepção de Leiria. Referiu que Leiria pediu contrapartidas mas como tinha votado contra não as obteve. A Marinha Grande propôs 50%, 50% e por aquilo que viu e que não foi respondido não consegue perceber se as contrapartidas foram ou não atendidas.

O deputado **Telmo Ferraz** lembrou que numa Assembleia o deputado Artur Marques fez uma observação sobre os campos de ténis, e que o Sr. Jorge Dias era uma mais valia para o Concelho. Acontece que o Sr. Jorge Dias decidiu ir trabalhar com o ténis do Brasil porque não recebeu da Câmara Municipal o apoio necessário, e até pelas condições que tinha que eram degradantes.

Questionou o Presidente da Câmara qual foi o sentido económico, para transferir o mercado de levante para a zona desportiva, local que deveria ser para tudo menos para um mercado daquela natureza, e se era realmente um mercado de grande interferência na economia local.

Questionou o Presidente da Câmara se o hipermercado Feira Nova foi aprovado por unanimidade como estava na acta ou se eventualmente houve uma deturpação da mesma. Referiu que o Sr. Vereador disse que relativamente à aprovação da instalação do Modelo foi feito um negócio com o PS, em que havia uma contrapartida no valor de 250

mil euros para a construção e continuação da Av. da Liberdade, e que foi reduzida para cerca de metade, pouco antes das eleições. Chamou a atenção que isto não era uma observação era uma acusação, e politicamente era grave. Salientou que veio uma resposta do Sr. Vereador que havia uma garantia bancária para a execução dessa obra, superior a 240 mil euros. Dado que o Presidente da Câmara era o responsável pelo executivo, solicitou que esclarecesse os deputados se era opinião apenas do Sr. Vereador ou decisão do executivo.

O deputado **Saul Fragata** referiu que em relação ao relatório das actividades da Câmara finalmente estavam a assistir à requalificação da rede viária por todo o Concelho. Voltou a lembrar que o que este executivo herdou do anterior tinha mais buracos que um queijo suíço. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Vieira sobre as duas importantes vias, naturalmente careciam de reparação, porque realmente estavam em estado lastimoso há pelo menos 5 anos. Disse que se regozijava porque finalmente ambas estavam dotadas para o próximo ano corrente de 2007 e 2008 com centenas ou milhares de euros. Referiu que no final de 2008 estas duas vias assim como outras possam estar realmente em estado digno e de acordo com o que os Vieirenses merecem. Em relação à Câmara ter ou não ter dinheiro, informou que no quadro comunitário actual em que o endividamento ou a contracção dos empréstimos bancários, estava vedada pela lei das finanças locais, porque para se fazer as obras tem que haver dinheiro, para quando começarem a chegar as facturas se proceder aos pagamentos, pois só se pode pagar a quem se deve se houver dinheiro.

O deputado **José Luís** disse que se registava uma redução drástica na dívida a fornecedores, que em Dezembro de 2006 era de um milhão 600 mil euros, passando para 580 mil euros. Lembrou que em 19 de Dezembro no início da gestão CDU, a dívida a fornecedores era superior a 2 milhões e 100 mil euros, mas havia preocupação de pagar aos fornecedores num prazo de 60 dias. Em suma disse que em 15 meses depois do executivo ter tomado posse, realçava-se um esforço no rigor, contenção a preparar o investimento para os 33 meses do mandato. Disse que perante os dados do relatório de actividades verificava-se que já havia obra a desenvolver nas escolas, e a requalificação do mercado da Vieira, as cantinas escolares, havia uma obra bastante diversificada, e na rede viária do Concelho uma boa transformação. Salientou que a Câmara estava a elaborar um plano estratégico de acção do território da comunidade urbana de Leiria e a contribuição deste executivo para esse plano estratégico eram os projectos estruturantes. Disse que era interessante ver a elaboração do projecto de execução, no âmbito do Polis da Ribeira das Bernardas, a elaboração dos protocolos para a constituição do grupo de estudo para o Museu da Floresta, obras na área do saneamento. Referiu que se verificou uma melhoria substancial na área dos resíduos sólidos. Questionou para quando o ajardinamento e o arrelvamento paisagístico no parque da cerca.

O deputado **João Cruz** disse que era verdade que em 16 de Dezembro de 2005 havia 2 milhões 142 mil euros de dívidas a pagar mas também era verdade que havia 2 milhões 663 mil euros em tesouraria, um saldo positivo de 500 mil euros. Disse que percebia que estivessem a fazer um fundo para quando chegarem ao ano das eleições o terem para gastar, não podiam era justificar decisões políticas assim como a retirada do subsídio aos bombeiros. Não se compreendia que a Câmara tivesse depositado 200 mil euros a prazo e não tivesse subsídio para dar aos bombeiros. Referiu não concordar com o que o deputado José Luís disse, porque as receitas que dependiam da Câmara eram poucas.

Salientou que a contribuição Autárquica, IMI, IMP e IRS que vinha da lei das finanças locais, água e saneamento não dependem da Câmara. Referiu que basicamente a Câmara não tinha hipótese de controlar as receitas, só as despesas de capital e despesas correntes. Sugeriu que a Câmara controlasse a sua acção na aquisição de bens e serviços correntes, que desceu 38%.

O deputado **Pedro André** disse que o orçamento foi aprovado em Abril e até aí esteve-se numa chamada terra de ninguém. Salientou que não era optimista nem pessimista em relação à evolução dos dados. Lembrou o deputado João Cruz, que as despesas de capital aumentaram quase 10 vezes mais.

Cingiu-se à intervenção do deputado Telmo Ferraz, dizendo que para se ser sério não bastava parecê-lo, também era preciso sê-lo, porque vêm armados em arautos da seriedade e só tinha pena que eventualmente o deputado como Presidente do seu partido não tenha lido os blogs que semanalmente falam do Vereador do PSD, nem sempre com verdades. Questionou o deputado se não estava recordado de situações que se passaram na campanha eleitoral, onde disse que respeitava a dignidade das pessoas, mas nas intervenção de algumas pessoas apoiantes do PS puseram em causa a dignidade do Vereador do PSD. Como por exemplo um comunicado feito em 2003 em que dizia na altura que a ETAR da Vieira era a principal poluidora do Rio Lis e lhes chamaram mentirosos. Disse que posteriormente veio a saber que à 8 anos que não é feita intervenção na ETAR logo o que entra lá, sai em estado puro para o rio Lis. Referiu que tinha pena que por vezes a discussão política entrasse por certos caminhos.

Da parte da Câmara Municipal e em resposta às questões colocadas, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que relativamente ao perigo na passadeira junto ao Modelo e ao Estádio, tomou a devida nota e vão se tomadas medidas.

No que diz respeito ao problema da Rua da Industria e da Fonte Santa estavam incluídas no plano de actividades e dotadas com as respectivas verbas, simplesmente o Presidente de Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, que também era deputado nos executivos anteriores não levantou esta questão, porque se o tivesse feito o executivo anterior tinha tomado nota e executado os projectos, e agora este executivo já podia executar as ruas, de qualquer forma estavam empenhados e determinados em executar-las.

Informou o deputado João Cruz que o executivo não contribuiu para contraírem os empréstimos, mas estava a pagá-los. Referiu que não havia despesismo mas sim uma aplicação dos fundos em termos correctos e controlados.

Pedi desculpa a toda a Assembleia Municipal e ao publico em geral pelo facto das actas ainda não estarem actualizadas, dado que a funcionária que tomava conta deste serviço entrou em licença de maternidade e não se conseguiu superar as dificuldades, mas já encetaram diligências no sentido de repor esta actualização.

Solicitou ao deputado João Cruz que o deixasse gerir a parte financeira da Câmara e para fazer as criticas depois no fim do relatório de contas, porque os dinheiros que a Câmara tinha eram como garantia das obras que havia a pagar, dado que quando submetem à adjudicação qualquer obra têm que a dotar.

Em relação à Valorlis disse que foi confrontado na primeira reunião que já havia uma proposta para a manutenção do aterro em Albergaria, acontece que na segunda reunião apareceu uma proposta da Câmara de Leiria, auscultando a posição das demais Câmaras, e exigindo que a Valorlis fizesse um investimento para distribuir pelas localidades afectadas com o aterro. Informou que a Valorlis aceitou propondo 70% para Leiria e 30% para a Marinha Grande. Disse que aderiu à proposta da Câmara de Leiria

mas procurou uma saída que melhor defendesse os interesses da população da Marinha Grande fazendo uma contraproposta de 50% para Leiria e 50% para a Marinha Grande. Referiu que houve uma alteração de dados passando para 62% Leiria e 38% para Marinha Grande, houve grande discussão, mas continuou a manter a mesma proposta, e teve o cuidado de a trazer à Câmara e à Assembleia Municipal, porque achava que era uma decisão muito importante e grave para a população se errasse. Realçou que ao trazer o assunto à Assembleia não foi para se demitir das suas competências e obrigações, foi apenas para pedir uma posição que o auxiliasse e pudesse continuar a reivindicar os 50% para Leiria e 50% para a Marinha Grande, mas na altura o deputado Rui Rodrigues disse que tinha que ser o Presidente da Câmara a decidir porque tinha competência e obrigação para o fazer. Entretanto a Câmara de Leiria retirou a sua proposta e disse que não aceitava a manutenção do aterro em Leiria, nesta medida geraram-se discussões nas reuniões da Valorlis, para tentar que a Câmara de Leiria voltasse a discutir outras alternativas. Lembrou que em 2004 ou 2005 numa reunião da Valorlis o anterior Presidente da Câmara da Marinha Grande assim como os outros Presidentes aprovaram a aquisição de um terreno para a manutenção do aterro sanitário ali onde estava. Referiu que herdou esta situação da qual não tinha conhecimento, portanto que não lhe viessem agora atribuir responsabilidades pela manutenção, dado que era uma situação que a Câmara neste momento tinha que cumprir. Salientou que dado a Câmara de Leiria não aceitar a manutenção do aterro no seu Concelho, teriam que se discutir outras alternativas. Disse que chamou a atenção numa Assembleia da Valorlis que a manutenção do aterro daí por diante seria sem o voto favorável da Câmara de Leiria e da Marinha Grande, e só consideraria a hipótese de manter a proposta inicial, se houvesse contrapartidas. Neste sentido na reunião seguinte, convocada pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria, e todos os Presidentes da AMAE, para discutir esta situação, ficando consignado nessa acta que já veio à Assembleia Municipal, que de facto a manter-se a hipótese do aterro ali, havia lugar à distribuição de uma percentagem pelas populações afectadas.

Relativamente aos campos de ténis, disse não se podia chegar e dizer eu sou professor estou interessado em investir e ficavam as burocracias todas ultrapassadas. De qualquer forma estava agora a saber pelo deputado Telmo Ferraz que o Sr. Jorge Dias ia para o Brasil, mas já tinham colocado em marcha um processo para se concretizar o projecto que o Sr. Jorge Dias propôs. Informou que não era culpa da Câmara, porque procurou aproveitar a mais valia que o Sr. Jorge Dias trazia para a Marinha Grande a nível desportivo, só que não era assim tão simples.

Esclareceu que o mercado de levante foi colocado naquele sitio, numa tentativa de o melhorar, porque tem uma grande importância cultural e económica para as localidades, e entenderam que ali era um espaço que dinamizava o evento, aproveitando as infra-estruturas ali existentes assim como o estacionamento.

Referiu que em relação às perguntas que o deputado Telmo Ferraz colocou na Assembleia Municipal, na sua opinião não dignificavam nada, eram mais ataques pessoais, do que tratar problemas políticos como disse. Chamou a atenção que todos têm a obrigação de elevar o nível do trabalho político e não enveredar por ataques pessoais que só dificultam o trabalho colectivo.

Referiu que o deputado continuava a insistir no apoio aos bombeiros, mas já tinha explicado a situação quando da discussão do orçamento e do plano de actividades. Salientou que tinha garantido que ia continuar a apoiar os bombeiros do modo que entender mais correcto para uma instituição que presta muitos e prestigiosos serviços à comunidade, e que nada disto tinha a ver com economicismo.

Informou que recebeu notícias que o Poder Central se comprometia fazer algumas intervenções na Costa, mas só ia chegar junto à zona de Sintra, para os outros lados não tinham dinheiro para tal. Esta semana recebeu um telefonema do Sr. Director do INAG com uma proposta delegando na Câmara a competência para fazer as obras. Disse que o questionou com que dinheiro e com que técnicos, porque não era uma intervenção qualquer, exigia técnicos que a Câmara não tem com experiência nesta área. Tendo o Sr. Director respondido que prestavam todo o apoio, mas o dinheiro é que era mais complicado.

Informou que têm procurado fazer manutenção das ruas, relativamente à da Industria e da Fonte Santa também vão ser conseguidas como estavam determinadas.

Referiu que o aumento das receitas tinha a ver com a dinamização de alguns serviços, como cobranças de água que já subscreveram, e às contra ordenações que se activaram. Disse que puseram outros serviços em andamento, melhorando um pouco as receitas, como a fiscalização que obrigou os comerciantes a legalizarem-se e a renovarem os seus documentos como exigia a lei que o Governo Central impôs.

O deputado **Telmo Ferraz** manifestou desagrado naquilo que o Presidente da Câmara disse que a sua observação não dignificava. Referiu que tinha feito um pedido de esclarecimento ao Sr. Vereador, tendo o mesmo respondido que não tinha havido aprovação por unanimidade de um determinado projecto. Questionou ao Presidente se esta pergunta não tinha dignidade como lhe respondeu.

O deputado **Rui Rodrigues** lembrou que quando o Presidente da Câmara trouxe à Assembleia o assunto da localização do aterro sanitário em Leiria, a única coisa que se limitou a dizer-lhe foi que na sua opinião o acordo parasocial não carecia de vir à Assembleia, dado que o tema da reunião da Valorlis, era a alteração do acordo parasocial onde consta a clausula da rotatividade. Neste sentido apenas teve o cuidado de lhe explicar que não deveria entender pura e simplesmente a diferença entre os estatutos e o acordo parasocial. Referiu que o Sr. Presidente voltou a fugir à questão, quando lhe disse que o seu representante se esqueceu de dizer na reunião da Valorlis quais as contrapartidas que a Câmara Municipal exigia por deliberação camarária. Reforçou que o que foi deliberado na Assembleia foi única e exclusivamente a localização, não as contrapartidas, e que o Sr. Vereador se esqueceu de transmitir o teor da deliberação camarária.

O deputado **Paulo Vicente** lembrou o Presidente da Câmara, que a Rua da Fonte Santa foi adjudicada pela Junta porque havia um acordo no âmbito do protocolo com o executivo anterior e na primeira reunião com o actual o Sr. Presidente, disse que a Câmara iria assumir a execução da Rua. Informou que havia correspondência elucidativa sobre este assunto. Disse que lamentava que o Sr. Presidente tivesse insinuado que ele como Presidente da Junta de Freguesia não procurava defender os interesses da sua população, porque o executivo não correspondia à sua cor política e isso não era verdade.

O deputado **João Cruz** em direito de resposta disse ao Presidente da Câmara e aos membros da Assembleia Municipal que era muito difícil para quem era técnico na área financeira, ouvir algumas coisas e entender que de facto nem toda a gente tem formação nessa área, e o que se tenta fazer nas Assembleias é representar a população da Marinha

Grande. Neste sentido, o Sr. Presidente deve ter mais cuidado nas intervenções que faz, no sentido de ter algum rigor.

Salientou que uma Câmara para lançar uma obra não tem que ter depósitos à ordem ou a prazo. Referiu que o orçamento é um documento para um ano de actividade, se não for plurianual, e uma regra da boa gestão e prudência é ter alguma garantia para se lançar as obras. Realçou que se o Presidente da Câmara pensa que tem que ter um milhão e duzentos mil euros a prazo para poder lançar obras está a governar muito mal a autarquia marinhense. Salientou que o orçamento era equilibrado, em que as receitas são iguais às despesas, e vai haver dinheiro para as obras que se forem executar, porque se assim não for, os documentos que vieram à Assembleia Municipal não são verídicos.

O **Presidente da Câmara** voltou a informar o deputado Telmo Ferraz que cada um pode ter a sua opinião, mas trazer para uma Assembleia Municipal uma questão pessoal não lhe parecia correcto em termos políticos. Acrescentou que todos os blogs e artigos que vêm no jornal são no sentido de ver se conseguem dividir o executivo, para que não preste um bom trabalho à população da Marinha Grande. Disse que não lhes assiste o direito de praticar actos destes, que prejudiquem a Marinha Grande, sendo democráticos como eles têm oportunidade de vir novamente a gerir a Câmara se o eleitorado lhes der de novo o voto.

Voltou a insistir que relativamente ao aterro da Valorlis, o deputado Rui Rodrigues não tinha razão naquilo que referiu, porque tinha trazido à Assembleia a questão da mudança do aterro que estava ligada à distribuição ou não, do investimento nas localidades previsivelmente afectadas pela manutenção do aterro naquele local e só mandou um representante à Assembleia por não poder estar presente.

Relativamente à Rua da Fonte Santa, disse que o Presidente de Junta de Freguesia não podia estar a atribuir culpas a este executivo por não estar executada. Acrescentou que se o Presidente de Junta não a fez no mandato do anterior executivo, em que estava autorizada é porque não quis ou não foi capaz de a fazer. De qualquer forma, informou que este executivo iria procurar fazer-la se o Sr. deputado não a fizer.

Esclareceu que a Câmara não podia gastar o dinheiro que tinha, porque se o fizesse não iria conseguir cumprir os acordos com os prazos aos fornecedores. Realçou que nesta área melhorou a imagem da Câmara e tinha condições para negociar com os empreiteiros porque pagava atempadamente e cumpria com o que Sr. Ministro das Finanças recomenda, o não endividamento das autarquias. Referiu que os deputados têm todo o direito de discordar da sua política de gestão, mas a experiência tinha lhe ensinado que assim não lhe trazia problemas.

Findas as intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou que ia passar a palavra ao público, dispondo de 5 minutos cada.

A representante dos comerciantes da Rua Marques de Pombal Sr.^a **Carla Ramos** começou por agradecer ao Presidente da Câmara a oportunidade que dava aos marinhenses de se poderem pronunciarem nas Assembleias Municipais. Referiu que vinha informar que os comerciantes da Rua Marques de Pombal se sentiam indignados pela falta de aviso prévio da iniciação das obras naquela e porque que foi completamente fechada ao trânsito, sem alternativas quando as tinha. Salientou que o fizeram mesmo sabendo o problema dramático que o comércio na Marinha Grande estava a atravessar. Por fim disse, que o que pretendiam era alternativas ao trânsito.

Da parte da Câmara Municipal e em resposta à questão colocada, o **Presidente da Câmara** começou por pedir desculpa aos comerciantes pelos incómodos das obras que apesar dos inconvenientes traziam prejuízos. Acrescentou que estas obras eram necessárias e os primeiros beneficiados iam ser os comerciantes desta Rua, assim o esperavam e tudo o iriam fazer para que isso acontecesse.

Relativamente às alternativas de trânsito, agradeceu a chamada de atenção e que iram procurar estudar a situação.

A **Presidente da Assembleia** anunciou que dado não haver mais publico inscrito para intervir, daria por encerrada, pela uma hora e quinze minutos a sessão, cuja a acta será assinada pela Presidente e pelos Secretários.

A Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretária

O 2º Secretário